

Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA  
Departamento de Serviço Social – DESSO  
Curso de Serviço Social

**HÉRCULES GOMES VIANA**

**A GÊNESE ONTOLÓGICA DAS CLASSES SOCIAIS**

Mariana – MG  
2019

HÉRCULES GOMES VIANA

**A GÊNESE ONTOLÓGICA DAS CLASSES SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão (TCC) apresentado ao Departamento de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Marlon Garcia da Silva.

Mariana – MG  
2019

V614g Viana, Hércules Gomes.  
A gênese ontológica das classes sociais [manuscrito] / Hércules Gomes  
Viana. - 2019.

74f.:

Orientador: Prof. Dr. Marlon Garcia da Silva.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Ontologia - Teses. 2. Reprodução humana - Teses. 3. Classes sociais - Teses. 4. Conflito social - Teses. 5. Serviço social - Teses. I. Silva, Marlon Garcia da. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 111

Catálogo: [ficha.sisbin@ufop.edu.br](mailto:ficha.sisbin@ufop.edu.br)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
REITORIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL



**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**Hércules Gomes Viana**

**A gênese ontológica das classes sociais**

Membros da banca

Marlon Garcia da Silva - Doutor - Universidade Federal de Ouro Preto  
Kathiuça Bertollo - Doutora - Universidade Federal de Ouro Preto  
Rodrigo Fernandes Ribeiro - Doutor - Universidade Federal de Ouro Preto

Versão final

Aprovado em 06 de dezembro de 2020.

De acordo

Professor Orientador: Marlon Garcia da Silva



Documento assinado eletronicamente por **Marlon Garcia da Silva, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 18/12/2019, às 20:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0029433** e o código CRC **F5F44B72**.

**Referência:** Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.204143/2019-02

SEI nº 0029433

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000  
Telefone: - www.ufop.br

*Em memória do meu adorável avô, José Viana, e a todos os lavradores do Vale do Jequitinhonha que lutam por reforma agrária.*

## AGRADECIMENTOS

O caminho para chegar neste momento não foi fácil, mas não tenho dúvidas que aqui se encerra um dos períodos mais agradáveis e satisfatórios da minha breve existência e amadurecimento como homem negro. O fim deste ciclo traz consigo uma sensação de realização e de dever cumprido, além de colocar no horizonte novas incertezas e inquietações. Quão imensa é a felicidade que toma conta do meu ser, que se torna impossível de ser descrita nestas poucas linhas. Assim, como é uma iniciativa ilusória apresentar com justiça todas e pessoas que tanto contribuíram, direto ou indiretamente, com o meu processo de formação. De todo modo, existem aquelas pessoas tão incríveis as quais não poderei deixar de agradecer de forma mais direta. Em primeiro lugar, quero dividir todo o mérito desse trabalho com minha mãe, Maria do Carmo (Roxa), e com o amor da minha vida, Merly Cristina (Tina), não teria conseguido sem vocês. Não tenho palavras para agradecê-las e externar o quanto vocês são importantes para mim, amo vocês. Às minhas avós e avôs, Maria Viana e José Viana (in memoriam), Gervásio e Filomena, obrigado pôr todos ensinamentos e carinhos. Agradeço o meu irmão, irmã e a minha cunhada, Haike José, Gilmar Evle e Jeane Carla, mesmo com toda a distância e adversidades que nos separam, sempre demonstraram verdadeiramente preocupados com meu bem-estar, além de infinitamente pacientes com meio jeito de ser. Aos meus sobrinhos(as) Gustavo Murilo, Haike Gabriel, Maria Hayla e Lara Maria, por todos os dias renovarem minhas esperanças em acreditar no amor incondicional. Agradeço aos meus tios e tias pelo carinho e respeito destinados a mim. Agradeço igualmente aos meus amigos, colegas e companheiros, em especial a Edson Pereira, Magno Franco, Maxsuel Ribeiro, Rafael Costa e Sâmeque Medeiros. Aproveito para agradecer aqueles que viveram nos últimos quatro anos de graduação, Igor Francisco (Beté) e Vanessa de Oliveira, obrigado pelas suas histórias, conselhos, risadas e por termos divididos momentos únicos na universidade. Um grande abraço aos colegas de toda a graduação, em particular aos discentes do curso de Serviço Social e da turma 15.2. Agradeço também ao conjunto de trabalhadores e trabalhadoras da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Aos mestres e doutores do curso de Serviço Social, por contribuírem decisivamente com a minha formação. Em especial, agradeço o meu orientador, Marlon Garcia, seus apontamentos contribuíram decisivamente neste trabalho e na minha formação profissional. Meu muito obrigado. Aos funcionários do Centro de Referência de Assistência Social – Alto da Cruz, em especial a Andreia Elizabeth e a Daniela Vale. E por fim, obrigado ao bom Deus. Grato a toda Mariana por receber tão bem um filho de Marambainha.

“– No Céu, Dito? No Céu?!” – e Miguilim desengolia da garganta um desespero. – “Chora não, Miguilim, de quem eu gosto mais, junto com Mãe, é de você...” E o Dito também não conseguia mais falar direito, os dentes dele teimavam em ficar encostados a boca mal abria, mas mesmo assim ele forcejou e disse tudo: – “Miguilim, Miguilim, vou ensinar o que agorinha eu sei, demais: é que a gente pode ficar sempre alegre, alegre, mesmo com toda coisa ruim que acontecendo. A gente deve de poder ficar então mais alegre, mais alegre, por dentro!...” E o Dito quis rir para Miguilim.

[...] Miguilim entregou a ele os óculos outra vez. Um soluçozinho veio. Dito e a Cuca Pingo-de-Ouro. E o Pai. *Sempre alegre, Miguilim... Sempre alegre, Miguilim...* Nem sabia o que era alegria e tristeza. Mãe o beijava. A Rosa punha-lhe dôces-de-leite nas algibeiras, para a viagem. Papaco-o-Paco falava, alto, falava.

– *Campo Geral.*

Ele, Manuel J. Roíz, vivera lidando com a continuação, desde o simples de menino. Varara nas águas. Boiadeiro em cima da sela, dando altas despedidas, sabendo saudade em beira de fogo, frias noites, nos ranchos. Até para sofrer, a gente carece de quietação. Para sofrer com capricho, acondicionado, no campo de se rever. Viageiro vai adiando. Só o medo da miséria do uso – um medo constante, acordado e dormindo, anoitecendo, amanhecendo. Já o pai de Manuelzão tinha sido roceiro, pobrezinho, no Mim, na Mata. Todas terras tão diferentes, tão longe daqui, tão diferente tudo, muita qualidade dos bichos, os paus, os pássaros. Mas o pai de Manuelzão concordava de ser pobre, instruído nas resignações; ele trabalhava e se divertia olhando só para o chão, em noitinha sentava para fumar um cigarro, na porta da choupana, e cuspiu muito. Tinha medo até do Céu. Morreu.

– *Uma estória de amor (Festa de Manuelzão)*

João Guimarães Rosa – Manuelzão e Miguilim: (Corpo de Baile).

## RESUMO

O presente estudo, tomando por base fundamentos ontológicos histórico-materialistas, expõe uma reflexão acerca das classes sociais, a partir de uma análise da obra “*Para uma ontologia do ser social*”, do filósofo György Lukács, importante autor marxista do século XX. Busca apresentar as principais reflexões do autor acerca da categoria do trabalho, caracterizado pela realização do pôr teleológico na sua atividade objetiva, o que reflete no desenvolvimento do ser social na constante inter-relação com a natureza para satisfazer suas necessidades biológicas e sociais. Em outra frente de análise, busca expor como a produção e reprodução social representam uma elevação especificamente humana em relação às categorias e às formas de ser da natureza, inorgânica e orgânica, onde o ser social vai engendrando um mundo propriamente social e descobrindo novas práxis inteiramente humanas. Nesta relação de elevação da capacidade humana em produzir um mundo crescentemente social, aprimorando processos e resultados, o ser social descobre novos nexos, tendências e dinâmicas no mundo natural e no seu próprio mundo, com as quais interage objetiva e subjetivamente. A reprodução social corresponde a uma dinâmica que se peculiariza pela capacidade de produzir o “novo”, e compreende a capacidade de produzir mais e melhor, ou seja, uma reprodução ampliada, que consiste, em certas circunstâncias, na criação de um excedente econômico, este por sua vez, será fruto de disputas e lutas antagônicas pelo controle da produção e dos resultados da produção. Nas lutas materiais antagônicas pelo excedente econômico, os homens vão tomando consciência da apropriação socioeconômica enquanto condição genética da sua condição material de existência, muitas vezes hostil, e relacionam-se objetiva e subjetivamente com outros indivíduos formando as lutas de classes sociais, para enfrentar essas contradições das bases materiais, compondo ideologias e instrumentos de enfrentamento, no sentido de conservar ou de romper com a lógica da apropriação privada da riqueza socialmente produzida.

**Palavras-chave:** Ontologia, produção e reprodução social, classes sociais, lutas de classes, serviço social.

## RESUMEN

Este estudio, basado en fundamentos ontológicos histórico-materialistas, expone una reflexión sobre las clases sociales, basada en un análisis de la obra "*Por una ontología del ser social*", del filósofo György Lukács, un importante autor marxista del siglo XX. Busca presentar las principales reflexiones del autor sobre la categoría de trabajo, caracterizada por el enfoque teleológico en su actividad objetiva, que reflexiona sobre el desarrollo del ser social en la constante interrelación con la naturaleza para satisfacer sus necesidades biológicas y sociales. En otro frente de análisis, busca exponer cómo la producción y reproducción social representa una elevación específicamente humana en relación con las categorías y formas de ser de la naturaleza, inorgánica y orgánica, donde el ser social está engendrando un mundo socialmente apropiado y descubriendo una praxis completamente nueva. humano En esta relación de aumento de la capacidad humana para producir un mundo cada vez más social, mejorando procesos y resultados, el ser social descubre nuevas conexiones, tendencias y dinámicas en el mundo natural y en su propio mundo, con el que interactúa objetiva y subjetivamente. La reproducción social corresponde a una dinámica que se caracteriza por la capacidad de producir lo "nuevo", y comprende la capacidad de producir más y mejor, es decir, una reproducción ampliada, que consiste, en ciertas circunstancias, en la creación de un excedente económico, Esto a su vez será el resultado de disputas y luchas antagónicas por el control de la producción y los resultados de la producción. En las luchas antagónicas materiales por el excedente económico, los hombres se están dando cuenta de la apropiación socioeconómica como una condición genética de su condición material de existencia a menudo hostil, y se relacionan objetiva y subjetivamente con otros individuos que forman las luchas de las clases sociales para confrontarlos, contradicciones de las bases materiales, componiendo ideologías e instrumentos de afrontamiento, en el sentido de conservar o romper con la lógica de apropiación privada de la riqueza producida socialmente.

**Palabras clave:** Ontología, producción y reproducción social, clases sociales, luchas de clases, trabajo social.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>1. ONTOLOGIA, MÉTODO E PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES À CATEGORIA “CLASSE SOCIAL”.....</b>	<b>13</b>
1.1. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS PRELIMINARES.....	13
1.2. SOCIEDADE BURGUESA E LUTAS DE CLASSE.....	18
<b>2. FORMA ESPECÍFICA DA ATIVIDADE HUMANA E DA REPRODUÇÃO SOCIAL.....</b>	<b>30</b>
2.1. O TRABALHO E SUA PECULIARIDADE ONTOLÓGICA.....	30
2.2. APROXIMAÇÃO À PECULIARIDADE DOS PÔRES TELEOLÓGICOS SECUNDÁRIOS.....	38
2.3. PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL.....	41
<b>3. GÊNESE ONTOLÓGICA DAS CLASSES SOCIAIS.....</b>	<b>45</b>
3.1. REPRODUÇÃO AMPLIADA E A PROPRIEDADE PRIVADA.....	45
3.2. DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO E LUTAS DE CLASSE.....	50
3.3. A GÊNESE ONTOLÓGICA DAS CLASSES SOCIAIS E DAS LUTAS DE CLASSE....	60
3.4. A SUBJETIVIDADE COMO UM ELEMENTO ONTOLÓGICO DA CATEGORIA CLASSE SOCIAL.....	65
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>70</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>74</b>

## INTRODUÇÃO

A realidade material apresenta-se aos homens através de suas expressões fenomênicas constantemente reiteradas, diante disso, surge a necessidade de entender, conhecer e decifrar seus fundamentos ontológicos que impactam a vida do ser social. Esta pesquisa busca traçar uma exposição dos elementos que constituem, embasam e desenvolvem as classes sociais, a partir dos estudos e discursões da obra “*Para uma ontologia do ser social*”, do filósofo húngaro György Lukács (1885-1971), autor de grande aporte teórico, considerado por muitos o maior filósofo marxista do século XX.

O anseio por esta pesquisa origina-se com meu processo de formação em bacharelado no curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). A inquietação por este estudo, surge mais especificamente quando tive a oportunidade de integrar o “Programa de Extensão Mineração do OuTro – Programa de cultura e crítica social”, no decorrer do ano de 2017, e também com a experiência obtida na disciplina de “Teoria Social e Serviço Social III”. Além dos aspectos já mencionados, outro fator decisivo no interesse de pesquisar tal temática, diz respeito a minha inserção no Programa de Monitoria da disciplina aludida anteriormente, no decorrer do presente ano.

Dito isso, tomaremos inicialmente como ponto de partida, o método histórico-marxista de análise da realidade, dizendo melhor, partiremos das determinações de produção e reprodução dos homens que compõe um complexo social, digo, das situações prático-sensíveis constituídas na esfera do movimento real. Das relações puramente sociais estabelecidas no modo de produção capitalista. Desse modo, o pressuposto de nossa investigação é a sociedade capitalista controlada pela burguesia, igualmente suas lutas, antagonismos e conflitos emergentes das contradições e disputas em torno do excedente econômico. A produção do excedente econômico é um dado real que atravessa as organizações sociais na “pré-história da humanidade”, ela tem origem da constante mediação metabólica homem-natureza, no desenvolvimento de forças humanas de produção, na divisão social do trabalho, e nas decorrências desses fundamentos. Mais adiante observaremos como a apropriação do excedente econômico, vai incidir e acirrar o antagonismo, as disputas e os conflitos entre as classes, dando vida às lutas sociais pelo controle da produção e dos seus resultados.

Outro dado significativo e central para a elaboração deste projeto e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) refere-se às diretrizes curriculares da Associação Brasileira de

Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)<sup>1</sup>, a qual nos traz a importância do perfil profissional crítico interventivo, ligado aos interesses e anseios do conjunto da classe trabalhadora, o que fica expresso na passagem seguinte:

A presente proposta parte da reafirmação do trabalho como atividade central na constituição do ser social. As mudanças verificadas nos padrões de acumulação e regulação social exigem um redimensionamento das formas de pensar/agir dos profissionais diante das novas demandas, possibilidades e das respostas dadas. (ABEPSS, 1996, p. 8).

Segundo os apontamentos e diretrizes da ABEPSS, citados acima, torna-se de extrema relevância um estudo crítico-analítico que vise problematizar os fundamentos, desenvolvimento e desdobramentos ontológico da categoria do trabalho (realização do pôr teleológico), enquanto determinação ontogenética na vida humana, bem como as transformações decorrentes da exploração dos produtores diretos da riqueza socialmente produzida. Assim, com base no metabolismo estabelecido entre homem e natureza, firmado primeiramente por uma carência biológica, as sociedades desenvolveram a produção a níveis que ultrapassaram as necessidades imediatas, as quais eram ligadas exclusivamente à sobrevivência biológica da espécie humana. Criava-se deste modo o excedente econômico.

Segundo os apontamentos da ABEPSS, a taxa crescente de acumulação<sup>2</sup> do excedente econômico no capitalismo requer dos assistentes sociais um perfil crítico antenado aos anseios e demandas advindas da classe trabalhadora. Pois as múltiplas expressões da “questão social”<sup>3</sup>, originadas do atual sistema socioeconômico, sempre se reconfigura e requer novas “formas de pensar/agir dos profissionais”. Buscaremos também escavar as condições, determinações e circunstâncias materiais dos trabalhadores para produzir novas relações, categorias, objetos e valores, o “que destaca e eleva da natureza” (SILVA, 2018, p. 2016) o ser social, os sujeitos produtores. Ao passo que na produção e reprodução capitalista as inter-relações estabelecidas entre os homens e suas novas determinações factuais, originam-se a partir do trabalho estranhado, e este por sua vez, vai disparar novas tendências no conjunto da classe trabalhadora.

Veremos mais adiante, que Lukács traça uma investigação dos processos constituintes do complexo do trabalho, cujas situações e circunstâncias instituem a peculiaridade do ser social e todas as dinâmicas, relações e tendências as quais fazem parte do processo de socialização

---

<sup>1</sup> Consultar em: <<http://www.abepss.org.br/>> Acesso em: 24.nov.2018.

<sup>2</sup> Conferir em: NETTO e BRAZ (2012). **A acumulação capitalista e o movimento do capital**. In: Economia Política: uma introdução crítica.

<sup>3</sup> Ver em: NETTO, J. P. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. **Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)**, Brasília, Grafile, n° 3, 2001. Disponível em: <[http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis\\_n\\_3\\_questao\\_social-201804131245276705850.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf)> Acesso em: 24. nov. 2019.

dos homens. Nesse aspecto, num primeiro movimento de análise, Lukács “abstrai e desconsidera provisoriamente as relações e interações reais e concretas do complexo do trabalho com outros complexos do ser social” (SILVA, 2018, p. 59) e só, posteriormente, regressa aos elementos mais gerais e concretos estabelecendo conexões com a dinâmica da reprodução social, propriamente constituídas na sociedade burguesa.

Todavia, adiantemos uma informação relevante, a qual alude que somente na forma específica da atividade humana concretiza-se a realização dos pores teleológicos, e ocorre uma produção que remete para além de si. Tal condição, torna-se bastante significativa para o desenvolvimento da nossa pesquisa, sobretudo porque em relação à reprodução social, veremos como ela expressa-se em uma reprodução em sentido ampliado/alargada. Este resultado, traz consigo a gênese de um desenvolvimento futuro, ulterior, o qual diz respeito ao constante aumento, incremento e aprofundamento que emana dos métodos e técnicas de trabalho.

Vale dizer, em níveis introdutórios, que a divisão social do trabalho deve ser entendida como resultado inerente do constante desenvolvimento das forças de trabalho, cujo complexo irá desenvolver novas formas de interação entre os homens, quer isso dizer, que o incremento técnico da divisão do trabalho não se restringe apenas aos meios de produção, eles também entrecruzam-se nas relações estabelecidas entre os indivíduos, sobretudo de modo decisivo no surgimento das classes sociais. Assim, com o prosseguir do presente estudo percorreremos esse caminho e seus engendramentos amplamente complexos na esfera do movimento real, despertando novas relações, tendências, dinâmicas etc., na consciência o ser das classes. Em consequência daí as transformações, objetivas e subjetivas, refletem na singularidade de cada sujeito, nos processos de autonomização das relações socioprodutivas e também na interação das lutas de classes, onde podem desencadear em sentido revolucionário e ou no sentido de conservação das relações produtivas burguesas.

Dentro dessa perspectiva, o estudo das classes sociais a partir da análise da “ontologia do ser social” não se apresenta como tarefa fácil, muito pelo contrário. Essa obra de Lukács, requer dos seus estudiosos um olhar cauteloso, atento, e uma leitura minuciosa, pois o conjunto das determinações abordadas pelo seu autor, através de seu traço peculiar, único, específico, torna a obra um dos conteúdos mais denso e de difíceis acessos dentro da tradição marxista.

Por sua vez, a abordagem da gênese ontológica das classes sociais vem sendo desconsiderada por muitos estudiosos e pesquisadores vinculados à corrente histórico-materialista. Ou quando o fazem, negam e ou desconsideram por completo todo o trabalho de Lukács, que se refere ao trato do complexo das classes sociais dentro da perspectiva ontológica, isso é, ignoram por completo as amplas determinações que compreendem a reprodução do ser

social. Por exemplo, apresentamos, linhas abaixo, uma leitura de Celso Frederico, estudioso de renome que expressa uma interpretação equivocada com o real significado do capítulo da “A reprodução”, objeto do presente.

A concepção humanista de Lukács levou-o longe demais, fazendo-o afirmar que a arte é “o modo de expressão mais adequado e mais alto de consciência humana”. Este posto privilegiado concedido à arte e a ausência de forças mediadoras entre o indivíduo e o gênero conduziram o nosso autor, segundo a observação de Mészáros, a refugiar-se na ética e a manter um silêncio – estranho para o marxista que ele nunca deixou de ser – em relação à existência das classes sociais e da luta de classes. Um autor simpático às ideias de Lukács, como o alemão Hans Heinz Holz, um dos organizadores do livro *Conservando com Lukács*, ao examinar a *Estética e a Ontologia do ser social*, constatou perplexo: “nas mais de três mil páginas não é mais tratado a questão da luta de classes” (Holz, 1986: 259). (FREDERICO, 2012).

As considerações anteriores, onde um autor de grande relevância teórica e rigor crítico como é o caso de Frederico, ao referenciar também em suas reflexões e apontamentos outros importantes nomes da corrente teórica marxista, István Mészáros e Hans Heinz Holz por exemplo, para desconsiderar os argumentos de Lukács, desenvolvidos em todo o percurso do capítulo de “A reprodução”, acerca da origem e desenvolvimento das classes sociais. De certo modo, as afirmações contrárias, como ficarão expressas no presente estudo, demonstram a tamanha riqueza e densidade da obra mencionada, que podem dar origem a interpretações muitas vezes confusas e equivocadas do seu significado. Entretanto, nossa pesquisa parte da premissa da “Ontologia”, no intuito de esclarecer que não se pode entender a dinâmica da peculiar da produção e reprodução humana, social, caso se perca o foco na centralidade determinante das classes sociais e das lutas antagônicas pelo controle do excedente econômico que emerge da reprodução ampliada.

Em suma, buscaremos comprovar que os argumentos dos autores apresentados linhas acima são uma impropriedade, uma vez que é impossível discutir produção e reprodução social e a totalidade das suas relações, factuais e prático-sensíveis, em termos ontológicos, no Lukács da *Ontologia*, se não houver um estudo rigoroso, duro, denso com leituras analíticas que busquem trazer por completo as determinações centrais das circunstâncias, situações e modificações humanas as quais originam, refletem e modificam às classes sociais. Portanto, um dos desafios aqui traçados por nós, refere-se sobretudo em provar que Frederico, na sua argumentação acima registrada, comete equívocos e erros ao analisar a “Ontologia” de Lukács, descartando todos os fundamentos e circunstâncias que engendram lutas de classes e o papel de centralidade que ocupam as classes sociais na reprodução do ser social. O que não é só um problema teórico, mas um problema que tem sobretudo implicações práticas.

## 1. ONTOLOGIA, MÉTODO E PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES À CATEGORIA “CLASSE SOCIAL”.

### 1.1. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS PRELIMINARES

Para um melhor desenvolvimento dos estudos que propomos é de fundamental importância fazermos um regate de elementos do método marxista de análise da realidade, cujo ponto de partida encontra-se nas bases sociomateriais de produção e reprodução humana. Assim, ao examinarmos algumas passagens da obra de Karl Marx o objeto de análise deste autor é a produção e reprodução social das relações no *locus* do capital, o que remete à categoria central do trabalho<sup>4</sup>.

Sobre o real significado do trabalho na sociedade burguesa e suas implicações no momento histórico vigente, torna-se relevante uma aproximação introdutória com os estudos de Marlon Silva acerca da temática:

Ao colocar uma lupa sobre “o modo da atividade” humana – *o trabalho* – nas relações da propriedade privada, nas relações de produção capitalistas, muito mais do que relações econômicas em sentido estrito, muito mais do que uma dinâmica de produção de riqueza material, o que se obtém é um modo e uma dinâmica peculiares de produção e reprodução da vida, mediante relações histórico-sociais determinadas. (SILVA, 2018, p. 57; grifo nosso).

Diante dessa perspectiva analítica, Silva nos deixa claro que o modo da atividade humana capitalista movimenta peculiaridades que dizem respeito à vida humana em sentido amplo, e não somente as “relações econômicas em sentido estrito”. Marx, enfatiza o seguinte em seus estudos: “quem se dispuser a me seguir terá que se decidir a se elevar do particular ao geral” (MARX, 2008, p. 46). Com tal premissa, temos na passagem que a posição metodológica marxiana origina-se dos fatos e situações singulares, sensíveis, em suas expressões fenomênicas, em que o ser social vai produzindo um mundo próprio, constituindo e ampliando sua generidade, no movimento de preservação e ruptura tanto das forças produtivas como de si mesmo, numa plataforma e perspectiva de totalidade social. Nessas concepções, o autor alemão busca aprofundar nas relações desenvolvidas a partir do complexo do trabalho, partindo das

---

<sup>4</sup> Sobre a “categoria trabalho”, para fins de esclarecimento momentâneo, deve ser compreendido como uma relação exclusiva entre metabolismo homem-natureza. A categoria “trabalho” assim como todo um complexo categorial que vai se desenvolver a partir dele, serão melhores apresentados e com as devidas atenções e ponderações que requerem seus estudos nas páginas seguintes.

relações e da situação do trabalho – explorado, expropriado – na sociedade burguesa, culminando nas contradições da vida humana que incidirão diretamente nas lutas e antagonismos classistas.

É importante frisar, a partir das considerações de Marx (2008), que as condições e as circunstâncias de produção e reprodução material da vida são refletidas na consciência do ser social. Na totalidade social, a produção material da vida humana compõe a essência da estrutura econômica, sustentando uma superestrutura subjetiva; já esta, por sua vez, refere-se à ideologia através da tomada de consciência, em elaborações nas quais o ser social obtém conhecimento das contradições sociais e conflitos imanentes das relações de produção social, em circunstâncias determinadas, podendo de tal modo transformar ou conservar o existente, mediante formas ideológicas ora revolucionárias, ora conservadoras. Contudo, as bases econômicas vão determinar decisivamente como os homens vão elaborar as ideologias e também a maneira destas serem difundidas no conjunto das relações que constituem a sociedade, incidindo sobre esta, nas palavras de Marx:

Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. É preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. (MARX, 2008, p. 48).

Na exposição anterior o escritor alemão corrobora que todas as contradições, lutas e conflitos que perpassam a existência do ser social a qual está presente a composição das forças produtivas materiais em determinada sociedade, vão desenvolver a forma como é construída a subjetividade humana e também o jeito em que estas forças materiais estão imbricadas na consciência humana. Nesse sentido, no seu percurso de estudos e investigação, Marx afirma: “cheguei à conclusão de que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política”. (MARX, 2008, p. 47).

Na sociedade capitalista, firmada com base na propriedade privada dos meios de produção, Marx reforça que as únicas leis que germinam deste sistema “são a ganância e a guerra entre os gananciosos, a concorrência” (MARX, 2004, p. 79). No que tange ao sistema burguês de produção, o mesmo autor vai nos informar que este modelo produtivo compõe a “pré-história da humanidade” e prossegue sustentando: “as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade” (MARX, 2008, p. 48).

A produção social desenvolvida com base na “ganância e na guerra”, polarizada por proprietários privados dos meios de produção e trabalhadores cujo o exclusivo meio de vida que lhes restam é a venda de sua única posse – *a força de trabalho* –, onde esta se configura como a mercadoria capaz de produzir a riqueza social, em relações nas quais

o trabalhador baixa à condição de mercadoria e à de mais miserável mercadoria, que a miséria do trabalhador põe-se em relação inversa à potência (*Macht*) e à grandeza (*Grösse*) da sua produção, que o resultado necessário da concorrência é a acumulação de capital em poucas mãos [...] e que, no final das contas, toda a sociedade tem de decompor-se nas duas classes dos *proprietários* e dos *trabalhadores* sem propriedade. (MARX, 2004, p. 79).

As relações de trabalho, no capitalismo, transformam o trabalhador na mais baixa mercadoria. Ele enquanto trabalhador é uma potência, já em sentido objetivo e social capitalista, gera acumulação nas mãos dos proprietários privados, onde ao término da jornada de trabalho tem suas forças vitais transferidas e usurpadas para e pelos objetos frutos da atividade humana sensível, ou melhor, para os proprietários privados desses objetos e das condições gerais da produção.

Perante as circunstâncias encontradas na exteriorização e na objetivação de objetos que atravessam toda a sociedade do capital e movimentam a base sociomaterial aos seus interesses, vale recorrermos ao autor abordado que avança na seguinte questão: “no modo (*Art*) da atividade vital encontra-se o caráter inteiro de uma species, seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem” (MARX, 2004, p. 84). Fica evidente, com suporte em Marx, que o ser humano genérico só irá se sentir e reconhecer livre e ativo, em tais relações quando estiver fora do tormento do trabalho alienado, em seus momentos de lazer e descanso, e ainda assim apenas de forma relativa, pois as relações do capital atravessam de ponta a ponta a vida humana e a reprodução social; pois, as condições existenciais na lógica da produção burguesa, postas aos trabalhadores, externa a objetividade e a si mesmo, sua própria vida, de formas alienada, alienante e hostil degradando a existência dos homens.

Conforme apontado anteriormente, o ser social transfere e perde suas forças vitais em prol da exteriorização e objetivação de objetos, donde sua existência se conforma e configura de um modo hostil ao homem, o seu criador; devemos deixar marcado mais uma vez que nessas relações “o trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens” e, ainda, que “a efetivação do trabalho tanto aparece como desefetivação que o trabalhador é desefetivado até morrer de fome” (MARX, 2004, p. 80). Então, quanto mais o homem põe valores no mundo, mais torna-se um ser e uma mercadoria sem valor, passando

a ser dominado pelo que produziu, ou seja, “a apropriação como estranhamento, como alienação”.

Também é preciso considerar que na forma da atividade humana vão sendo estabelecidas historicamente as mediações entre o metabolismo homem-natureza e do homem consigo mesmo. Nesse sentido, o homem vai constituindo um mundo próprio de objetos e relações. Silva aponta a seguinte questão: “o homem é um ser que se autoconstitui em relação, que se destaca e eleva da natureza, sendo por isso o responsável também pelas situações em que se põe abaixo da condição animal, como aquelas constatáveis sob o trabalho estranhado, no capitalismo” (SILVA, 2018, p. 57). É imprescindível para a vida humana, uma constante mediação com a natureza orgânica e inorgânica, Silva destaca ainda, que a “atividade é mediada pela consciência e pelas relações sociais” (*Id. Ibid.*). Logo, o homem enquanto *sui generis*, é o único ser responsável por se relacionar em condições de inferioridades não apenas com outros animais, como também com o próprio gênero humano, cujas determinações emergem da relação do trabalho estranhado e seus fundamentos na gênese da propriedade privada dos meios de produção.

Estas afirmações permitem já visualizar e afirmar, em sentido ontogenético e histórico mais amplo, as formas precedentes do ser e do desenvolvimento da atividade humana pressupõem e remetem às estruturas fundamentais na natureza orgânica e inorgânica. Para fins de aproximação e uma melhor abordagem da “categoria trabalho”, bem como para continuar tratando de aspectos da questão do método, recorreremos novamente aos estudos de Silva acerca do tema, onde o autor dialogará com Lukács e nos informa que em “Para uma Ontologia do Ser Social”.

Lukács estabelece uma rota de investigação que destaca e “isola” idealmente, num primeiro momento, o complexo que institui a peculiaridade do ser social, o complexo do trabalho, ou seja, o autor abstrai e desconsidera *provisoriamente* as relações e interações reais e concretas do complexo do trabalho com outros complexos do ser social, a fim de decompor e analisar *in abstracto* seus elementos constitutivos, sua materialidade e dinâmica internas específicas, para posteriormente dissolver gradativamente essa abstração, revelando suas conexões e articulações com a dinâmica maior da produção e reprodução social. (SILVA, 2018, p. 59).

Lukács, analisa o complexo categorial do trabalho partindo dos elementos constitutivos “*in abstracto*”, ou melhor, aqueles componentes elementares existentes nos processos de trabalho em todas as formações de sociais, para só por fim regressar novamente aos elementos constitutivos mais concretos e mais complexos, chegando de volta àquelas que são originárias e constitutivas à dinâmica da sociedade burguesa, compreendendo-as em sua totalidade social.

Diante das determinações ontológicas materialistas indispensáveis com o intuito de subsidiar o presente estudo, tomamos à partida como referência e pressuposto dos caminhos da investigação a sociedade capitalista burguesa, igualmente suas lutas, antagonismos e conflitos emergentes das contradições da disputa em torno do excedente econômico produzido no capitalismo, na constante mediação metabólica homem-natureza e “homem-homem”. Ao passo, os antagonismos que afloram das lutas sociais na sociedade burguesa posicionam esse sistema econômico como um modelo a ser destruído e superado. Para isso compreendermos, em termos aproximativos, a ontologia do ser social, torna-se uma importante e riquíssima fonte de conhecimento de subsidio neste percurso.

Portanto, as concepções do autor húngaro revelam que a ação decisiva “filosófica de Marx consistiu em ter esboçado os lineamentos de uma ontologia histórico-materialista” (LUKÁCS, 1969, p. 2), alçando novos aportes teóricos e superando, segundo Lukács, o idealismo lógico abstrato de Hegel. Diferentemente do propósito de Marx, que estamos esboçando nestes parágrafos, a ontologia hegeliana tinha “partido de ‘baixo’, do aspecto mais simples, e do espírito como fundamento (ontologia idealista), e traçava uma história evolutiva necessária que chegava ao ‘alto’, às objetivações espirituais como absolutas e supremas” (LUKÁCS, 1969, p. 2). Em consequência o movimento lógico-dedutivo de Hegel se restringe às ideias e o retorno recai nas objetivações humanas delimitadas a cultura, desconsiderando de tal forma as determinações evolutivas moventes da realidade prático-sensíveis, sociomateriais, humanas. De um modo geral, o homem neste aspecto histórico-materialista é entendido “como criador de si mesmo” e responsável por suas objetivações complexas.

Lukács retoma as contribuições ontológicas histórico-materialistas de Marx, ao apresentar o ponto de divergência entre os dois pensadores, e reitera que a ontologia materialista se afasta do elemento lógico-dedutivo de Hegel. Como podemos ver, a partir das considerações de Lukács sobre o ponto de partida.

Em Marx, o ponto de partida não é dado nem pelo átomo (como nos velhos materialistas), nem pelo simples ser abstrato (como em Hegel). Aqui, no plano ontológico, não existe nada análogo. Todo existente deve ser sempre objetivo, ou seja, deve ser sempre parte (movente e movida) de um complexo concreto: Isso conduz a duas consequências fundamentais. Em primeiro lugar, o ser em seu conjunto é visto como um processo histórico; em segundo, as categorias não são tidas como enunciados sobre algo que é ou que se torna, mas sim como formas moventes e movidas da própria matéria: “formas do existir, determinações da existência”. (LUKÁCS, 1969, p. 2 e 3).

Na ontologia histórico-materialista marxiana, cujos fundamentos, em contraposição às tradições filosóficas anteriores, sustentam que o “ponto de partida não é dado nem pelo átomo,

nem pelo ser abstrato”, percebe-se que a análise não é algo que se faz isoladamente da realidade material humana, desconexo de situações concretas e objetivas encaradas como formas evolutivas simplistas. Muito pelo contrário, a realidade material prático-sensível é a chave de partida para o exame ontológico-materialista a exemplo o ser social e suas transformações.

Dito de outro jeito, opondo-se à prática “abstrata dedutiva” Marx avança pelo complexo, das situações prático-sensíveis na esfera da imediatidade do movimento real, para escavar seus pressupostos e recair nos seus elementos mais simples, os quais, uma vez obtidos, permitem ao pensamento avançar na decifração do real, pela articulação e síntese das determinações da matéria tratada. O complexo traz em si, superado, o mais simples, a anatomia do homem moderno é uma chave de abertura para a compreensão dos homens primitivos; assim também se faz nas organizações sociais e produtivas, a anatomia da sociedade burguesa é uma chave de acesso às formações precedentes, sobre as bases das quais surge.

Assim, na sequência, o presente estudo percorrerá dois caminhos: 1. No passo seguinte do presente estudo, interessa apresentar alguns traços fundamentais e mais gerais da luta de classes nas suas formas sociais mais complexas de manifestação, ou seja, suas formas de manifestação na sociedade burguesa. 2. O caminho que parte dos fundamentos ontológicos do ser social, da produção do novo, da reprodução ampliada buscando decifrar a ontogênese das classes sociais.

## 1.2. SOCIEDADE BURGUESA E LUTAS DE CLASSE

No “*Manifesto do Partido Comunista*”, texto de 1848, Karl Marx e Friedrich Engels, apresentam uma série de questões que percorrem desde o surgimento da sociedade burguesa, como força social revolucionária, até a posterior concretização enquanto modelo societário conservador e reacionário. Embora os autores do “Manifesto” concentrem suas análises na sociabilidade burguesa, eles também fazem referência a aspectos relevantes de formações organizacionais precedentes ao modelo produtivo burguês. É importante destacar que Marx e Engels (2005) afirmam com veemência que a história do conjunto da humanidade e suas formações sociais, produtivas, econômicas etc., até a presente sociedade, refletem as contradições e antagonismos das lutas de classes, nas palavras dos próprios escritores, teremos: “a história de todas as sociedades é a história das lutas de classes” (MARX; ENGELS, 2005, p. 40). Em suma, as organizações sociais desde Roma antiga, a sociedade feudal, a capitalista dentre outras, são sociedades vincadas na oposição de classe, na disputa pela hegemonia e

dominação da base produtiva social – *opressores e oprimidos* –, onde podemos usar como exemplo o antagonismo entre: patrício e plebeu, senhor feudal e servo, *burgueses e proletariados*<sup>5</sup>.

Os processos de evolução e ruptura que atravessam a sociedade burguesa dizem respeito às mudanças na produção e reprodução social e estiveram sempre “acompanhados de progressos políticos correspondentes”, e referente aos interesses da população dominante, implicam momentos de guerras ininterruptas, francas ou disfarçadas. Segundo os autores, são expressões delas aquelas “guerras que terminaram sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito” (MARX; ENGELS, 2005, p. 40).

Conforme dito acima, as constantes situações de guerras, lutas e antagonismo entre as classes sociais, demarcam como principal característica as ininterruptas transformações sociais das bases materiais e produtivas correspondentes para sobrevivência humana. Sendo elas alterações intencionais e imediatas que estão diretamente estabelecidas pela mediação metabólica homem-natureza. Onde homens se inserem na realidade material atuando nas expressões fenomênicas das situações concretas da totalidade social, assim as mudanças estão ligadas às circunstâncias mais simples provocadas na esfera da imediatidade social, bem como aos impactos que o conjunto das transformações fenomênicas da produção e reprodução social desencadeiam no desenvolvimento essencial da vida social. Ou por sua vez, representam evoluções imbricadas diretamente aos fatos, situações e circunstâncias objetivas materializadas pela própria consciência humana, estabelecidas nas complexas cadeias de relações sociais, logo os sujeitos mediante lutas não exercem total domínio das ações desenvolvidas no movimento de superação e ruptura objetiva da realidade prática-sensível. A superação que desencadeou o fim da sociedade feudal, pode ser entendido como um exemplo dessas determinações desencadeadas por ações humana conscientes, como será visto nas linhas que seguem; por conseguinte, os homens responsáveis pelas transformações na estrutura produtiva não dominam todas as situações factuais desencadeadas nos atos sensíveis, podendo desencadear dessa maneira, um modelo organizacional completamente novo daqueles iniciados nos processos.

Vale destacar que o feudalismo foi um sistema econômico, político, social etc. desenvolvido a partir da posse de grandes extensões de terras, administradas pelos senhores

---

<sup>5</sup> De acordo com Marx e Engels, no “Manifesto do partido comunista”, as duas classes em oposição antagônica na história atual das lutas de classes são: os burgueses, que corresponde como a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam o trabalho assalariado. Por proletariado, entende-se a classe dos assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver. (Nota de F. Engels à edição de 1888). (MARX, ENGELS, 2005, p. 40).

feudais, estes detinham o controle político-administrativo da propriedade; enquanto exploravam a força de trabalho dos servos. Já, a monarquia, o clero e a nobreza se constituía enquanto classe dominante. Das modificações decorrentes das lutas, guerras e antagonismo social que colocavam frente à frente as classes distintas – *opressores e oprimidos* –, obteve o advento da sociedade burguesa, dizendo melhor, ela foi germinada na organização produtiva feudal. No mesmo passo que o feudalismo estabeleceu as bases de uma formação social superior e mais desenvolvida, a sociedade burguesa encontra, no seu seio, a anatomia de acesso às formações precedentes.

Todavia, conforme descrito acima, torna-se evidente que as transformações sociais deram início a organizações socioeconômicas completamente novas e diferentes daquelas que confrontam no início dos processos de ruptura, no “meio de produção e de troca feudal”; a exemplo teremos a substituição da produção feudal pela produção manufatureira e, posteriormente, substituição da manufatura pela grande indústria moderna capitalista. As modificações não param apenas na estrutura produtiva da totalidade social. No que tange ao desenvolver das lutas, guerras e enfrentamentos para sobrevivência humana singular, sobram as ruínas; do antagonismo entre as classes distintas, restam apenas um campo de hostilidade e contradição, e deste cenário de guerra e negação emerge uma nova classe social – *a burguesia*. E segundo os escritores em destaque

A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar que existiram no passado. Entretanto, a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade divide-se cada vez mais em dois campos oposto, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado. (MARX, ENGELS, 2005, p. 40 e 41).

O conjunto da sociedade burguesa moderna, originária das múltiplas transformações sociais, econômicas e políticas trazem consigo todo o resultado das lutas, guerras e enfrentamentos entre classes antagônicas que culminaram em etapas precedentes para seu nascimento. A partir das análises anteriores de Marx e Engels, pode-se afirmar que a formação social da burguesia a um só tempo complexifica o metabolismo social e simplifica ou polariza a luta de classes, as contradições e disputa pela hegemonia da produção e reprodução material da vida. Eles ressaltam ainda, que a organização produtiva burguesa além de ter simplificado e polarizado a luta entre as classes sociais fundamentais, vai estabelecer “novas condições de opressões e novas formas de luta”.

Outro fator expressivo para corroborar os aspectos das “novas condições de opressões e novas formas de luta” é a conquista mundial dos mercados. Para os pensadores, as conquistas

são impulsionadas, primordialmente, devido “a descoberta da América e a circunavegação da África”, nos quais acenderam um moderno caminho de atuação e alcance mundial para os interesses burguês, além de fortalecer “o incremento dos meios de troca e das mercadorias em geral” (MARX, ENGELS, 2005, p. 41).

A burguesia cria o mercado mundial de acordo as suas necessidades, ao passo que “imprime um caráter cosmopolita” a forma de vida humana, no que diz respeito ao “invadir todo o globo terrestre”, ela domina todos os espaços e imprime uma imposição da vida urbana em relação à vida do campo. A existência no meio urbano significa nessa medida o ganho político, administrativo e econômico da totalidade da realidade prática-sensível, então, a sociedade burguesa passa a direcionar o Estado em direção aos seus interesses individuais e privados, o mercado mundial igualmente irá “acelerar enormemente o desenvolvimento do comércio, da navegação, dos meios de comunicação” (*Id. Ibid*) etc. Marx e Engels (2005), a título de ilustração, destacam que a burguesia revoluciona incessantemente todos os instrumentos de produção e, da mesma forma todas as relações sociais. Todavia, as etapas revolucionárias burguesas se encerram com sua tomada de poder, neste momento os autores descrevem a seguinte posição:

Cada etapa da evolução percorrida pela burguesia foi acompanhada de um progresso político correspondente. Classe oprimida pelo despotismo feudal, associação armada e autônoma na comuna, aqui república urbana independente, ali terceiro estado tributário da monarquia; depois, durante o período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia feudal ou absoluta, base principal das grandes monarquias, a burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa. (MARX, ENGELS, 2005, p. 42).

Marx e Engels, acrescentam além disso, sobre o caráter imperativo desempenhado pela burguesia na substituição dos laços e liberdades existentes nas sólidas relações socioprodutivas antecedentes, no qual consiste na destruição por completo dos complexos dos laços e vínculos de superioridade encarado como “naturais”.

Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas. Rasgou todos os complexos e variados laços que prendiam o homem feudal a seus “superiores naturais”, para só deixar subsistir, de homem para homem, o laço do frio interesse, as duras exigências do “pagamento à vista”. [...] Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas duramente, por uma única liberdade sem escrúpulos: a do comércio. Em uma palavra, em lugar da exploração dissimulada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, direta, despuída e brutal. (MARX, ENGELS, 2005, p. 42).

A esse respeito, o crescimento imperativo característico do comércio mundial acarretou modificações em “todas as atividades até então reputadas como dignas e encaradas com piedoso respeito; fazendo do médico, do jurista, do poeta etc. seus servidores assalariados” (*Id. Ibid*). Dessa forma, passa a existir um seleto grupo de profissionais dentro da estrutura do “Estado moderno”, cujo único propósito é reproduzir e “gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa”; igualmente, há a substituição do “piedoso respeito” que existia nas relações de produção das sociedades “primitivas” por “meras relações monetárias”. Então se terá uma redução do conjunto dos trabalhadores a “servos assalariados” da classe hegemônica.

Também é preciso considerar a redução da vida humana às “meras relações monetárias” não se restringem no confronto com a “forma da atividade humana”, mas alcança todos os níveis da vida cotidiana que se manifesta, por sua vez, nas expressões fenomênicas da realidade concreta e reduz, portanto, as relações à esfera do ter material. No momento em que a burguesia amplia sua esfera de influência, haverá uma tendência à naturalização na realidade prática-sensível dos homens do ponto de vista ou “viés ideológico burguês”, no qual os fundamentos e os fenômenos da sociedade burguesa aparecerão quase exclusivamente como insuperáveis e insuprimíveis; é possível perceber, segundo os pensadores abordados (2005), que a perpetuação “dos negócios comuns da classe burguesa” é reproduzida sutilmente na realidade social imediata.

No tocante aos avanços industriais modernos e superação de barreiras outrora consideradas intransponíveis, os escritores dizem: “tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com os outros homens” (MARX, ENGELS, 2005, p. 43). A passagem reafirma, em certa medida, o caráter revolucionário da burguesia ao confrontar as sólidas instituições e laços que compunham as relações sociomateriais da vida até aquele determinado momento histórico; logo, não apenas “tudo que é sólido e estável se desmancha no ar”, mas é claro, o conjunto da totalidade social, das relações sociais, abstratas condicionantes a sobrevivência da sociedade ulterior são “desmanchadas” e destruídas pela atitude impiedosa e inovadora da classe burguesa.

Marx e Engels (2005), ressaltam as condições impressas pelo caráter das transformações imperativas e objetivas em todo globo – *necessidade em explorar e criar em toda parte* –, em resumo refere-se há etapas evolutivas que serão perpetuadas e mantidas no “*status quo*”, decerto a própria classe burguesa não tinha o real reconhecimento das forças, “ilusões e posições sociais e das suas relações com os outros homens”. Isso significa, embora as consequências decorrentes das intervenções burguesas, uma vez que essa classe é reconhecida como agente de mudança

na realidade objetiva, efetivamente os próprios burgueses são incapazes de reconhecer o mundo que “os homens são obrigados a encarar”, onde suas intervenções superam qualitativamente as relações, forças, leis as quais eram consideradas sólidas. Pelo referido anteriormente, o “vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial”, aceleraram a produção material a níveis impensáveis para as formações antagônicas passadas. Quer isso dizer, “a burguesia não apenas rasgou o véu” das sólidas relações sociais, como também ressignificou a forma em que homens vão exteriorizar e objetivar objetos no mundo. Nas palavras dos pensadores:

Com o rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e o constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente da civilização todas as nações, até mesmo as mais bárbaras. Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da china e obriga à capitulação os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros. Sob pena de ruína total, ela obriga todas as nações a adotarem o mudo burguês de produção, constringe-as a abraçar a chamada civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança. (MARX, ENGELS, 2005, p. 44).

Eles prosseguem:

A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. A consequência necessária dessas transformações foi a centralização política. Províncias independentes, ligadas apenas por débeis laços federativos, possuindo interesses, leis, governos e tarifas aduaneiras diferentes, foram reunidas em uma só nação, com um só governo, uma só lei, um só interesse nacional de classe, uma só barreira alfandegária. (MARX, ENGELS, 2005, p. 44).

O constante aperfeiçoamento dos meios e instrumentos de trabalho, associados à centralização dos meios de produção e à concentração da propriedade em poucas mãos, convergem e reproduzem a realidade material de acordo com os interesses individuais e concretiza o projeto de domínio de poder da classe ascendente pelo viés revolucionário. A produção e reprodução material classista burguesa e seus privilégios, tornam-se sempre mais presentes em todos os lugares, “destruindo as muralhas” que se opõem à sua manutenção hegemônica, para isso espalham a civilização que lhe convém no conjunto da realidade prático-sensível, obrigando os “embrutecidos pela vida rural” a se lançarem na civilização antagônica e classista. A burguesia avança e reformula seu controle incessantemente, configura e “centraliza a política” a fim de garantir os privilégios, cria “leis, tarifas e governos” com único propósito de manter e perpetuar o controle da produção social.

No “Manifesto”, obra publicada na efervescência política e social que percorrem o continente europeu, na primeira metade do contexto histórico do século XIX, Marx e Engels, trazem a perspectiva da dominação objetiva e subjetiva da burguesia; na qual conquista, ainda no seu primeiro século de emergência política, a supremacia da produção social por meio das

lutas, guerras e antagonismo entre as classes opositoras, e se converte em detentora privada dos meios de produção essenciais à vida, colocando no mundo “novas maravilhas maiores que as pirâmides do Egito, os aquedutos romanos, as catedrais góticas” (MARX, ENGELS, 2005, p. 43). Tais mudanças foram impulsionadas, sobretudo, pelo aumento material da capacidade produtiva, ampliando a técnica de forma “colossal”, aonde tornava-se sempre superiores e intenso a produção sociomaterial diferentemente do que o conjunto da sociedade já havia sido capaz de construir até aquele tempo histórico. Chegando a consistir no processo em que Marx e Engels descrevem como “a epidemia da superprodução”.

Há dezenas de anos, a história da indústria e do comércio não é senão a história da revolta das forças produtivas modernas contra as modernas relações de produção, contra as relações de propriedade que condicionam a existência da burguesia e seu domínio. Basta mencionar as crises comerciais[...] cada crise destrói regularmente não só uma grande massa de produtos fabricados, mas também uma grande parte das próprias forças produtivas já criadas. Uma epidemia, que em qualquer outra época teria parecido um paradoxo, desaba sobre a sociedade – *a epidemia da superprodução*. A sociedade vê-se subitamente reconduzida a um estado de barbárie momentânea; como se a fome ou uma guerra de extermínio houvessem lhe cortado todos os meios de subsistência; o comércio e a indústria parecem aniquilados (MARX; ENGELS, 2005, p. 45).

Como reportado acima, os escritores capturam a essência das crises existentes no modelo burguês de produção, ao perceber que elas emergem das relações contraditórias entre forças produtivas e relações sociais de produção (propriedade privada). Estas circunstâncias estabelecem novas condições de crises, na medida da qual seus desdobramos refletem nas posições de lutas e antagonismo emergentes da reprodução social. Mais uma vez a história é reescrita. No início da análise foi apresentada a seguinte passagem: “a história é a história das lutas de classes”, as novas configurações das crises, têm como centralidade a oposição da produção industrial sobre égide burguesa as relações da propriedade privada. As forças produtivas controladas pela sociedade burguesa, foi a única na história a produzir suficientemente para garantir existência material de toda a humanidade. Segundo os autores do “Manifesto” (2005), o sistema burguês encontra-se em uma epidemia da superprodução, mesmo com vasto desenvolvimento técnico e científico capaz de erradicar a fome e a guerra, a sociedade vive ameaçada por um estado de barbárie constante, cujos fundamentos estão nas raízes do modelo de produção econômica, na qual destina a produção exclusivamente dentro dos moldes do comércio, da troca monetária, da propriedade privada dos meios de produção, e não para a emancipação humana.

Com o estado de crises e desordem desenvolvidos na sociedade, a classe dominante propõe como resposta a centralização e o controle da produção da riqueza social em suas mãos;

para alcançar seu objetivo, se faz necessário à destruição em larga escala dos produtos fabricados e, respectivamente, das próprias forças produtivas, dentre elas a destruição maciça da força de trabalho. Destruição de vidas humanas transformadas em mercadorias dentro de uma lógica de perpetuação e manutenção de interesses opostos, que se coloca na realidade prático-sensível mediante a disputa pela riqueza material. A solução objetivamente encontrada pela classe burguesa é a superação dos períodos de crises latentes na gênese metabólica do seu sistema, e é “a destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; ou, a conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos” (MARX; ENGELS, 2005, p. 45).

Tamanho o desenvolvimento sociomaterial alcançado pela formação social burguesa e ela se mostrando incapaz de controlar a riqueza criada em seu seio, ao invés de destruir e superar o regime de guerras e lutas antagônicas na disputa pelo excedente econômico, o burguês busca gerir a estrutura do Estado e a realidade objetiva em consonância aos seus interesses particulares, tornando a barbárie elemento fundamental na forma de dominação. Assim se perpetua na base econômica material um movimento de crise da superprodução sistêmica. A partir da análise dos autores, a relação da propriedade privada dos meios de produção e reprodução hegemônica burguesa, concebe os elementos essenciais ao proletário constituído como grupo revolucionário, as armas que se voltarão contra sua própria condição de classe opressora. Diretamente ligado nesse movimento processual e histórico emergente do real, os detentores dos meios de produção, “não se limitam a forjar as armas que lhe trarão a morte; produziu também os homens que empunharão essas armas – os operários modernos, os proletários” (MARX; ENGELS, 2005, p. 46).

Os autores do *Manifesto* salientam sobre a principal determinação objetiva, que origina a existência material e subjetiva do operário moderno, no qual torna-se evidente a análise dos seus elementos imbricados no desenvolvimento do capital privado, ou seja, o proletário<sup>6</sup> só vive na medida em que trabalha e, no mesmo compasso, encontra trabalho apenas enquanto sua força

---

<sup>6</sup> Marx em outro momento de sua vida, especificamente na obra intitulada “O capital”, acrescenta as seguintes definições acerca da composição do proletariado moderno e as características da superpopulação que à origina, sendo elas: *Flutuante* – os trabalhadores são ora repelidos, ora extraídos em quantidade maior, de modo que, no seu conjunto, aumenta o número dos empregados, embora em proporção que decresce com o aumento da escala de produção [...]. *Latente* – assim que a produção capitalista se apodera da agricultura [...] uma parte da população rural se encontra, por isso, continuamente em vias de se transferir para o proletariado urbano ou manufatureiro, e à espreita de circunstâncias favoráveis a essa metamorfose. O trabalhador rural é reduzido ao salário mínimo e está sempre com o pé no lodaçal do pauperismo. [...] a *Estagnada* – forma uma parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação totalmente irregular. MARX, K. O Capital: Crítica da Economia Política: Livro I: O Processo de Produção do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

vital despendida no processo de criação de valor é convertida no aumento do poder burguês – *transformada em capital privado*. Os pensadores materialistas acrescentam:

Esses operários, constringidos a vender-se a retalho, são mercadoria, artigo de comércio como qualquer outro; em consequência, estão sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado. O crescente emprego de máquinas e a divisão do trabalho despojaram a atividade do operário de seu caráter autônomo, tirando-lhe todo o atrativo. O operário torna-se um simples apêndice da máquina e dele só se requer o manejo mais simples, mais monótono, mais fácil de aprender. Desse modo, o custo do operário se reduz, quase exclusivamente, aos meios de subsistência que lhe são necessários para viver e perpetuar sua espécie. Ora, o preço do trabalho, como de toda mercadoria, é igual ao seu custo de produção. Portanto, à medida que aumenta o caráter enfadonho do trabalho, decrescem os salários (MARX; ENGELS, 2005, p. 46).

Conforme vimos acima, a classe dos operários é reduzida a meros artigos de uso e comércio valorativo para os capitalistas, no mesmo tempo em que sua subjetividade é reduzida a preço cotado e taxado como qualquer mercadoria inserida na lógica de produção e exploração hegemônica. Na medida que avança a divisão do trabalho, amplamente impulsionada pela constante revolução técnico-científica, reproduz e transforma os trabalhadores em escala sempre crescente em simples apêndices de máquinas. Além de estar à serviço da lógica acumulativa burguesa, a divisão do trabalho produz, impreterivelmente, classes sociais antagônicas disputando o excedente econômico na realidade imediata, o fato de “despojar do operário seu caráter autônomo”, a divisão do trabalho acirra, conseqüentemente, as lutas sociais entre opressores e oprimidos que se digladiam pela hegemonia econômica sob julgo burguês, julgo que se vale dos aparatos políticos e do aparelho repressivo do Estado a serviço dos interesses da dominação classista, burguesa.

Marx e Engels (2005), afirmam com veemência que a classe do proletariado é recrutada nos mais diversos segmento da sociedade. Desta forma, a vida do proletariado moderno, pela prioridade ontológica da sua subsistência material engendra o confronto direto contra a existência metabólica da sociedade burguesa, mesmo que o façam sem saber, opondo-se inteiramente aos interesses da classe dominante.

A partir das reflexões acima, os escritores expõem o caráter revolucionário dos operários, cujas principais características são as lutas e encontros empenhados na derrubada da forma de dominação burguesa. No primeiro momento, os operários isolados do grande movimento classista em seu conjunto, restrito inicialmente em uma fábrica, mais tarde no mesmo ramo da industrial, em seguida numa mesma cidade, estado etc.; e por fim, culmina contra a classe detentora dos meios de produção privados. Toda essa dinâmica processual protagonizada pela classe explorada, corresponde a tomada de consciência, aprendizado,

maturidade e educação política enquanto sujeitos revolucionários e única “classe que traz nas mãos o futuro”, ou seja, rumo a constituição do grupo capaz de realizar a plena emancipação da humanidade em constante estado de opressão e barbárie. Marx e Engels (2005), afirmam que toda luta de classes é um ato político, onde o proletariado cresce, se fortalece e adquire consciência do significado das suas batalhas trilhadas e alcance dos seus atos.

No tocante a esse respeito, a classe produtora é expropriada da riqueza que produz, sendo que umas das dinâmicas da sociabilidade burguesa consiste nos moldes do individualismo, ganância, do estranhamento e alienação, ambos já tratados; ela encontra-se inserida na produção material da vida como mercadoria excepcionalmente responsável pela produção de valor transformado em lucro burguês. Na medida que o acúmulo de lucro se estabelece em poucas mãos é usado para subjugar o conjunto dos produtores, expulsando-os do desenvolvimento civilizacional e da riqueza social criada por suas mãos; exceto em poucas frações convertida em salários, usadas para garantir a reprodução e subsistência dos trabalhadores na qualidade de mercadoria excepcional e produtora de valor; e desefetiva o proletariado a uma mercadoria fadada à morte. Na realidade prático-sensível, lesivas à vida do trabalhador, as lutas, guerras e “os choques individuais entre o operário singular e o burguês singular tomam cada vez mais o caráter de confrontos entre duas classes”, cujo o verdadeiro significado, é expresso que “o resultado que suas lutas não tem o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores” (MARX; ENGELS, 2005, p. 48); o resultado desta união reflete na formação de coalisões e associações permanentes na defesa e ganhos dos operários.

A realidade material se manifesta na imediatidade do movimento real burguês, em comum acordo com os apontamentos de Marx e Engels (2005), no qual remete: a condição de opressão da classe dominante fornece aos proletários os elementos de sua própria educação política, isto é, armas que serão usadas contra ela própria. Fundamentando a análise com suporte nas colocações dos autores em destaque, percebe-se que a educação política do proletariado, dizendo melhor, a sua tomada de consciência, corresponde a passagem do momento real ao momento ideal e vice-versa, em que indivíduos isolados unem-se para lutar contra a estrutura opressora, transformando-se enquanto classe verdadeiramente emancipatória e responsável pela derrubada violenta da opressão burguesa; nota-se, então, “todas as classes que hoje em dia se opõem à burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária, as outras classes degeneram e perecem com o desenvolvimento da grande indústria; o proletariado é seu produto mais autêntico”, capaz de superá-lo. (MARX; ENGELS, 2005, p. 49).

É importante frisar que os enfrentamentos classistas – oprimidos e opressores – não se encerram com a supressão do grupo dominante, os embates vão muito além da mera superação da condição material de opressão, os conflitos põem no horizonte do proletariado não só o objetivo de “apoderar-se das forças produtivas sociais senão abolir o modo de apropriação a elas correspondentes e, por conseguinte, todo modo de apropriação existente até hoje”. Como é possível perceber, a produção material capitalista manifestada na realidade prático-sensível, apresenta-se de modo hostil ao trabalhador e o coloca abaixo da condição de animal, e caracteriza “o movimento do proletário como um movimento autônomo da imensa maioria em proveito da imensa minoria”. Diante das modificações históricas surgidas no centro das agitações e contestações dos revolucionários, o proletariado se concentra na base da produção econômica e “não pode erguer-se, pôr-se de pé, sem fazer saltar todos os estratos superpostos que constituem a sociedade burguesa” (MARX; ENGELS, 2005, p. 50).

O servo, em plena servidão, conseguiu tornar-se membro da comuna, da mesma forma que o pequeno burguês, sob o jugo do absolutismo feudal, elevou-se à categoria de burguês. O operário moderno, pelo contrário, longe de se elevar com o progresso da indústria, desce cada vez mais, caindo abaixo das condições de sua própria classe. O trabalhador torna-se um indigente e o pauperismo cresce ainda mais rapidamente do que a população e a riqueza. Fica assim evidente que a burguesia é incapaz de continuar desempenhado o papel de classe dominante e de impor à sociedade, como lei suprema, as condições de existência de sua classe. Não pode exercer o seu domínio porque não pode mais assegurar a existência de seu escravo, mesmo no quadro de sua escravidão, porque é obrigada a deixá-lo afundar numa situação em que deve nutri-lo em lugar de ser nutrida por ele (MARX; ENGELS, 2005, p. 50).

A passagem como vimos, expressa as circunstâncias materiais objetivas do proletariado, engendrada pela sociedade burguesa no qual “o progresso da indústria” não eleva a subjetividade dos operários, ao contrário, com o desenvolvimento industrial e crescimento da riqueza, o trabalhador “cai abaixo da condição de sua classe, torna-se indigente e o pauperismo cresce ainda mais rapidamente do que a população e a riqueza”. Marx e Engels (2005), chamam atenção para a essência da dominação burguesa, expressa na concentração de riqueza no controle individual e na origem do capital – a exploração do trabalho assalariado. Nos aspectos hostis advindo da exploração, inerente ao antagonismo de classes, a burguesia não consegue assegurar a existência da propriedade privada, nem se proteger da revolta do proletariado nem do processo de transformação que este traz consigo, enquanto elemento de sua emancipação política; isso significa dizer, que a formação societária burguesa “produz, sobretudo, seus próprios coveiros” (MARX; ENGELS, 2005, p. 51).

O regime de exploração do homem pelo homem, firmado no antagonismo entre as classes, só se findará com supressão da moderna propriedade privada sobre égide burguesa. Os

autores discorrem novamente, acerca do movimento processual da propriedade privada, que este se dá em dois termos antagônicos entre si, cujo ponto de interesse de um é sempre o outro; e são eles: o do capital e trabalho assalariado. No “Manifesto”, os escritores definem os termos da seguinte forma, “ser capitalista significa ocupar não somente uma posição pessoal, mas também uma posição social na produção, ele é um produto coletivo e só pode ser posto em movimento pelos esforços combinados de muitos membros da sociedade, o capital é, portanto, um poder social”; em contrapartida, “o trabalho assalariado é o mínimo de salário, ou seja, a soma dos meios de subsistência necessários para que o operário viva como operário; por conseguinte, o que o operário recebe com o seu trabalho é o estritamente necessário para a mera conservação e reprodução” (MARX; ENGELS, 2005, p. 52-3).

Para finalizar, a realidade material imediata amplamente defendida pela sociedade burguesa, como também, seu aparelho repressivo na estrutura do Estado, subordina a produção e reprodução social de acordo com seus interesses e negócios comuns, rigorosamente aqui já tratados, e vão posicionar-se fortemente contrários a supressão do capitalismo e do trabalho assalariado. Sendo este o objetivo final que move o proletariado revolucionário, são as lutas intrínsecas contra o regime dos capitalistas, culminando posteriormente na derrubada violenta de toda forma de opressão antagônica e classista. Marx e Engels (2005), acrescentam sobre a ideia de transformação revolucionária, ou seja, o capital privado substituído em bem comum e controlado por associações de trabalhadores livres, garantindo que a riqueza social caminhe em consonância com o enriquecimento da subjetividade da humanidade, porque “no regime burguês os que trabalham não lucram e os que lucram não trabalham, não haverá mais trabalho assalariado quando não mais existir capital” (MARX; ENGELS, 2005, p. 54).

A título de ilustração, conforme dito, o capitalismo é poder social, e tem na essência forças opostas acirrando o embate entre as classes sociais divergente frente ao excedente produzido, nessa perspectiva os pensadores sustentam: “quando os antagonismos de classes, no interior das nações, tiverem desaparecido, desaparecerá a hostilidade entre as próprias nações” (MARX, ENGELS, 2005, p. 56). As lutas do proletariado contra o sistema de exploração e dominação burguesa, só chegarão ao fim com a derrubada de todas as manifestações e formas de opressão, seja na produção material da vida manifestada no estranhamento e alienação, seja representada na figura do Estado através do poder político, seja nas relações cotidianas expressa no machismo, patriarcalismo etc.; apenas a destruição das antigas relações de produção e da velha sociedade que luta para conservar o “*status quo*” será possível o desenvolvimento superior da humanidade.

Em resumo, devemos encerrar momentaneamente o debate em torno da produção e reprodução material sob organização burguesa, com uma importante reflexão de Karl Marx e Friedrich Engels, na qual vão dizer o seguinte:

Se o proletariado, em sua luta contra a burguesia, se organiza forçosamente como classe, se por meio de uma revolução se converte em classe dominante destrói violentamente as antigas relações de produção, destrói, juntamente com essas relações de produção, as condições de existência dos antagonismos entre as classes, destrói as classes em geral e, com isso, sua própria dominação como classe. Em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e antagonismo de classes, surge uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para livre desenvolvimento de todos (MARX; ENGELS, 2005, p. 59).

## **2. FORMA ESPECÍFICA DA ATIVIDADE HUMANA E DA REPRODUÇÃO SOCIAL**

### **2.1. O TRABALHO E SUA PECULIARIDADE ONTOLÓGICA**

No esboço dos traços mais fundamentais e gerais da luta de classes em suas formas mais complexas de expressão, aquelas formas que são próprias da sociedade burguesa, vimos que os autores do Manifesto do Partido Comunista afirmam que “a história de todas as sociedades é a história das lutas de classes”. O objetivo do passo seguinte do presente estudo consiste em buscar esclarecer essa afirmação, percorrendo uma argumentação que vai aos fundamentos ontológicos da existência das classes sociais.

György Lukács, na segunda parte da obra “Para uma ontologia do ser social”, nos apresenta o complexo categorial do trabalho, enquanto categoria fundante do ser social e suas determinações. O autor húngaro, dialogando com as contribuições de Marx, em “*O capital*”, o qual apresenta a essência ontológica do trabalho como expressão sensível, unicamente humana, desenvolvida a partir das formas elementares da natureza para produzir e reproduzir objetivamente o mundo segundo suas vontades e seus fins.

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade (MARX, 2013, p. 255-6 apud LUKÁCS, 2013, p. 46-7).

O trabalho entendido como uma atividade especificamente humana, destituída de qualquer analogia com as outras formas e gêneros existentes na natureza orgânica e inorgânica, implica, em termos ontológicos, que o homem antes de realizar uma atividade objetiva e cotidiana, constrói mentalmente seus objetivos antes de executá-los na prática; seguidamente, no término do processo de trabalho, o que se alcança é um resultado já existente conscientemente na representação do trabalhador. O trabalho em termos ontológicos, enquanto categoria específica do ser social na produção de novas determinações e valores, consiste, sobretudo, em uma luta ininterrupta pela sobrevivência, que corresponde à realização de um pôr teleológico – uma consciência que põe fins e busca os meios para efetivá-los.

Consequentemente, esses elementos centrais que perpassam a gênese ontológica do trabalho<sup>7</sup>, enquanto forma de ser unicamente humana, assim como vimos, serão características que perduraram em quaisquer modelos de sociabilidade, sejam presentes ou futuras. Pois, a inter-relação metabólica homem e natureza mediada pela consciência sempre será o ponto de partida no qual se desencadeiam avanços precedentes e ulteriores.

A forma de inter-relação e troca ininterrupta com a natureza, reconhecida pela efetuação do pôr teleológico, só foi possível através do desenvolvimento desencadeado pela essência do que Lukács chama de “salto ontológico”. Nas palavras do autor, “a essência do salto é constituída por essa ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento, de forma súbita ou gradativa, no tempo, da nova forma de ser” (LUKÁCS, 2013, p. 46). Sendo que a ruptura é possível numa relação de continuidade-descontinuidade, com suporte em uma base pré-estabelecida naturalmente. O autor identifica nessa base pré-estabelecida uma espécie de “*labilidade*”, caracterizada como a capacidade de adaptação existente em algumas propriedades orgânicas, servindo ao mesmo tempo, de base da transformação da atividade do ser orgânico em ser social.

Considerada a questão do salto ontológico, podemos compreender “a categoria ontológica central do trabalho” através da seguinte passagem do autor húngaro.

Desse modo é enunciada a categoria ontológica central do trabalho: através dele realiza-se, no âmbito do ser material, um pôr teleológico enquanto surgimento de uma nova objetividade. Assim, o trabalho se torna o modelo de toda práxis social, na qual, com efeito – mesmo que através de mediações às vezes muito complexas –, sempre se realizam pores teleológicos, em última análise, de ordem material. [...] precisamente a consideração das diferenças bastante importantes mostra a afinidade essencialmente ontológica, pois exatamente nessas diferenças se revela que o trabalho

---

<sup>7</sup> Para uma abordagem mais detalhada, ver em: FORTES, R. V. As três determinações fundamentais da análise lukacsiana do trabalho: o modelo das formas superiores, prioridade ontológica e abstração isoladora crítica da ideia da centralidade do trabalho em Lukács.

pode servir de modelo para compreender os outros pores socioteleológicos, já que, quanto ao ser, ele é a sua forma originária. O fato simples de que no trabalho se realiza um pôr teleológico é uma experiência elementar da vida cotidiana de todos os homens, tornando-se isso um componente imprescindível de qualquer pensamento (LUKÁCS, 2013, p. 47).

O complexo do trabalho sempre desencadeia “um pôr teleológico enquanto surgimento de uma nova objetividade”, pertencente apenas na mediação desenvolvida na inter-relação metabólica entre homem e natureza, o qual tem início no ato consciente que põe fim. Diferentemente dos animais desenvolvidos, onde sua consciência refere-se à elasticidade na adaptação passiva a determinados ambientes, exclusivamente, para a sobrevivência biológica, expressa, por exemplo, no reconhecimento de possíveis predadores, como também presente nos animais domesticados, que pressupõe o desenvolvimento a partir do contato com o ser social. Já a consciência humana, mesmo nas formações sociais mais remotas e primitivas, significa uma tomada de conhecimento, controle e domínio de legalidades naturais, efetuando escolhas objetivas, dentre alternativas, atribuindo assim novos sentidos e determinações às suas propriedades; na medida em que o pôr teleológico dá início a processos reais, criando objetividades inteiramente novas completamente destituídas de analogias com a natureza.

Lukács (2013), mais uma vez na “Ontologia”, com o propósito de esclarecer a relação e controle das propriedades naturais apresentadas acima, nos diz que quando o homem primitivo escolhe uma pedra empregando-a a certos fins, trata-se de uma escolha entre alternativas. E a pedra, enquanto objeto inorgânico, aplicado a determinado fim, torna-se instrumento do ato de consciência humana, “não possuindo mais caráter biológico, mediante a observação e a experiência, isto é, mediante o espelhamento e sua elaboração na consciência, devem ser reconhecidas certas propriedades da pedra que a tornam adequada ou inadequada para a atividade pretendida” (LUKÁCS, 2013, p. 71).

Para avançarmos na análise do trabalho e sua peculiaridade ontológica, Lukács, discorre sobre dois elementos primordiais que tem em si grande relevância para entendermos o complexo do trabalho, e são eles: a causalidade e teleologia. Por sua vez, a causalidade corresponde “a um princípio de automovimento que repousa sobre si próprio e mantém esse caráter mesmo quando uma cadeia causal tenha o seu ponto de partida num ato de consciência” (LUKÁCS, 2013, p. 48). Por sua vez,

a teleologia, em sua essência, é uma categoria posta: todo processo teleológico implica o pôr de um fim e, portanto, numa consciência que põe fins. Pôr, nesse contexto, não significa, portanto, um mero elevar-à-consciência, como acontece com outras categorias e especialmente com a causalidade; ao contrário, aqui, com o ato de pôr, a consciência dá início a um processo real, exatamente ao processo teleológico. Assim, o pôr tem, nesse caso, um caráter irrevogavelmente ontológico. (LUKÁCS, 2013, p. 48).

A teleologia e a causalidade, agem comumente entrelaçadas entre si em cada respectivo processo de trabalho, porém, ao analisá-las isoladamente, ambas representam forças em oposição. A primeira alude, exclusivamente, à consciência que põe fins, traça metas, guiando a produção de novas objetividades, movimentando apenas séries causais. Lukács (2013) parte do princípio que nenhum desenvolvimento surge das propriedades, das legalidades e das forças operantes no mero ser-em-si. A objetividade tem no pôr teleológico, o início de movimentos reais e sensíveis, que têm a potência de desencadear a produção de coisas inteiramente diferentes do mero ser-em-si. Já a segunda, como vimos no trecho do próprio autor, refere-se ao automovimento no qual toda categoria, seja natural ou socialmente articulada, encontra a sua expressão geral, dito de outra forma: “o homem que trabalha pode inserir nas propriedades da natureza, nas leis do seu movimento, em combinações completamente novas e atribuir-lhes funções e modos de operar completamente novos” (LUKÁCS, 2013, p. 55).

Novamente Lukács (2013) estende sua abordagem e estabelece diálogo com as precisas contribuições de Marx, nas quais o autor alemão, como foi dito, reconhece a existência da teleologia somente na inter-relação desenvolvida entre homem-natureza. Além disso, com a teleologia, há “uma vitória do comportamento consciente sobre a mera espontaneidade do instinto biológico quando entre a necessidade e a satisfação imediata seja introduzido o trabalho como mediação” (LUKÁCS, 2013, p. 78); portanto, a produção e reprodução humana perde qualquer analogia com a consciência animal, esta permanece restrita a mera reprodução biológica, “ela se mantém sempre como um pálido momento parcial subordinado ao seu processo de reprodução biologicamente fundado e que se desenvolve segundo as leis da biologia” (LUKÁCS, 2013, p. 62).

O autor da “Ontologia”, avança nas suas compreensões acerca das transformações decorrentes da forma de atividade humana sensível, e acrescenta – com base nas análises de Aristóteles, que o trabalho contém “*in nuce*”: “o pensar (*nóesis*) e o produzir (*poíesis*), através do primeiro é posto o fim e se buscam os meios para sua realização; através do segundo o fim posto chega à sua realização” (LUKÁCS, 2013, p. 52- 53). O autor não encerra o exame acerca do complexo do trabalho apenas neste filósofo, apresentando também reflexões de Nicolai Hartmann, ampliando assim as ideias clássicas mencionadas onde Hartmann “divide analiticamente o pensar em dois atos, o pôr do fim (*prévia ideação do fim*) e a investigação dos meios (*busca dos meios*)”. (apud LUKÁCS, 2013, p. 53, *grifos nossos*).

É importante salientar, conforme o pensador húngaro, o pôr do fim tem origem mediante uma necessidade humano-social, entretanto, para o êxito real nas transformações das cadeias

causais, o reconhecimento da natureza – *a investigação dos meios* –, deve ter alcançado um certo estágio de desenvolvimento básico adequado. As circunstâncias objetivas que emergem daí correspondentes em cada processo singular de trabalho, fazem com que os fins dominem os meios e não o contrário. Todavia, com o intuito de avançarmos na clareza e concepção da “investigação dos meios”, devemos frisar que “satisfeitos os fins, alcançados os objetivos, produzidos os objetos, os meios perduram não apenas no plano subjetivo como saber humano, mas também objetivamente, como domínios próprios do homem, materializados, por exemplo, nos instrumentos de trabalho, ferramentas etc.” (SILVA, 2018, p. 72).

É extremamente pertinente destacarmos, conforme vimos, mesmo latentes “os meios” continuam presentes em todo processo de objetivação na produção do novo, o qual se manifesta nos instrumentos e ferramentas de trabalho e simbolizam “um conhecimento objetivo da gênese causal das objetividades” (LUKÁCS, 2013, p. 54). Novamente na “Ontologia”, o pensador húngaro, esclarece que a investigação exerce uma dupla função, uma delas, deixa em evidencia a estrutura dos objetos em questão, o que os governa; a outra, a partir da percepção do que governa os objetos, identifica aí novas conexões e possibilidades.

Avançando em nosso debate em torno da categoria do trabalho e sua peculiaridade ontológica que perpassa toda a vida do ser social, existente em qualquer sociabilidade, a qual origina-se de uma necessidade humana por meio da luta pela sobrevivência ontogenética, cuja relação estabelecida com a natureza consiste em uma consciência que põe fins, e busca os meios para executa-los. O ser social encontra assim o modelo originário de toda práxis social, de onde desenvolve formas superiores e mais elaboradas de produção e interação homem-natureza.

No que diz respeito à produção e à reprodução material do ser social, tanto em formações sociais mais originárias como em organizações sociais mais desenvolvidas, à produção do novo, segundo as concepções histórico-materialistas, corresponde a reprodução de objetos e valores humanamente postos no mundo; numa dinâmica que se encaminha para a capacidade de produzir para além da mera subsistência, reproduzindo socialmente valores, categorias, relações, circunstâncias etc. que apontam para além das necessidades mais imediatas, ou seja, produzindo de tal modo um mundo completamente novo e inteiramente humano, o que caracteriza a produção social como reprodução em sentido ampliado. É de fundamental importância, para o debate seguinte, termos em mente que a reprodução ampliada, em certas circunstâncias, consiste na realização de um excedente econômico<sup>8</sup>, cujos resultado

---

<sup>8</sup> No que diz respeito ao excedente econômico, Netto e Braz discorrem: “O surgimento do excedente econômico, que assinala o aumento da produtividade do trabalho, opera uma verdadeira revolução na vida das comunidades primitivas: com ele, não só a penúria que as caracterizava começa a ser reduzida, mas, sobretudo, aparece na

desencadeará novas determinações na totalidade social. O complexo da produção e reprodução social serão melhores tratados no próximo capítulo, por ora basta esta breve aproximação para melhor compreendermos as categorias da “exteriorização” e da “objetivação”, aqui abordadas.

O desenvolvimento imperativo que brota da produção do novo, cujas especificidades apontam para o maior domínio, controle e reconhecimento da materialidade em si, requer “um rearranjo consciente e prático de propriedades e forças materiais objetivas já existentes, uma reconfiguração teleológica da materialidade, capaz de desencadear na realidade novos objetos, relações e nexos causais objetivos” (SILVA, 2018, p. 132). O autor acrescenta, com a investigação necessária para articular os processos e movimentos de trabalho voltados a produzir o mundo material, emerge por meio desta ação consciente a “objetivação do novo” e, por sua vez, a criação de objetos propriamente humanos. Assim, as categorias da “exteriorização” do sujeito e da “objetivação” de objetos<sup>9</sup> têm seus fundamentos teóricos apresentados por Lukács, as quais expressam como as forças humanas individuais e subjetivas engendram-se no trabalho criando novos objetos, valores, relações e leis próprias do gênero humano, “no qual as determinações do ser social vão se tornando cada vez mais puramente sociais, vão se despojando cada vez mais decididamente de sua vinculação com determinações naturais” (LUKÁCS, 2018, p. 193).

Segundo as concepções lukacsianas, a “exteriorização” do sujeito compreende, no âmbito do pôr teleológico, a externação e a transferência de forças vitais, físicas e mentais, do sujeito para o produto da atividade. Corresponde à dimensão mais individual do pôr teleológico, o qual ao mesmo tempo em que sintetiza e expressa o ser social do homem, expressa sempre e ineliminavelmente a individualidade do sujeito ponente como um ser ativo, reativo e objetivo. Nos processos de trabalho o ser social transfere forças vitais para às novas objetividades, ampliam seu domínio na matéria e descobrindo nela novos nexos, na medida em que desencadeiam transformações completamente novas e diferentes das iniciadas no ato de trabalho. Segundo Silva,

---

história a possibilidade de *acumular os produtos do trabalho*. Dois efeitos logo se farão sentir. De um lado, junto com uma maior divisão na distribuição do trabalho (o artesanato avança e se torna relativamente mais especializado), produzem-se bens que, não sendo utilizados no autoconsumo da comunidade, destinam-se à troca com outras comunidades – está nascendo a *mercadoria* e, com ela, as primeiras formas de troca (comércio). De outro, a possibilidade da acumulação abre a alternativa de *explorar* o trabalho humano; posto a exploração, a comunidade divide-se, antagonicamente, entre aqueles que produzem o conjunto dos bens (os *produtores diretos*) e aqueles que se apropriam dos bens excedentes (os *apropriadores* do fruto do trabalho dos produtores diretos)” (NETTO e BRAZ, 2012, p. 69).

<sup>9</sup> Seguindo os estudos de Silva (2018), onde a categoria “Entäusserung” é traduzida para o termo de “exteriorização”; e a categoria “Vergegenständlichkeit” é traduzida por “objetivação”.

[...] a *exteriorização* [*Entäusserung*], nessa diversidade dos elementos que compõem o complexo ontologicamente unitário, se peculiariza como momento individual do trabalho e das práxis sociais, remetendo ao momento subjetivo dos movimentos materiais da atividade humana. Os efeitos da “retroação da exteriorização [*Entäusserung*] sobre os sujeitos do trabalho” (LUKÁCS, 2013a, p. 584) são os mais diversos, podendo tanto potencializar como degradar e desfigurar as individualidades humanas, sociais (SILVA, 2018, p. 139).

Mesmo na formação socioprodutiva burguesa, classista, no lugar em que os processos de trabalho configuram-se de forma hostil e degradante à vida dos trabalhadores, a “exteriorização”, na medida em que corresponde à dimensão das forças mais individuais dos indivíduos genéricos, pode desempenhar um papel importante nas respostas, críticas e construção do mundo humano (nas lutas de classe, por exemplo).

A partir das análises categoriais dos processos ontogenéticos que percorrem toda a forma da atividade humana, vemos que o ser social produz e reproduz socialmente o mundo, tornando-o singular com relações e nexos completamente distintos daquelas formas precedentes, ao passo que desenvolve sua genericidade humana. Portanto, é pertinente recorrermos mais uma vez as considerações de Silva acerca da categoria da “objetivação”. Ele acrescentará sobre este complexo;

Pois as *objetivações* compõem o momento material do mundo socialmente produzido, na história, configurando uma realidade de objetos, relações e forças objetivas que se articulam e impõem para além da consciência, das teleologias e das vontades humanas individuais. Nesse sentido, “a objetivação [*Vergegenständlichung*] é prescrita de modo imperativamente claro pela respectiva divisão do trabalho e esta, por conseguinte, desenvolve necessariamente as capacidades necessárias nos homens” (LUKÁCS, 2013a, p. 583), as capacidades ideais e práticas médias requeridas pelos processos de produção e reprodução social, em circunstâncias determinadas (SILVA, 2018, p. 139).

A “objetivação” refere-se ao ato teleologicamente orientado do sujeito em construir o mundo material, conforme vimos, esse complexo categorial corresponde ao desenvolvimento das capacidades humanas necessárias para interação com o mundo material, produzindo novas materialidades, no rearranjo de forças produtivas que demarcam a divisão social do trabalho em cada momento histórico, os elementos que compõe a matéria em si, as determinações e circunstâncias imprescindíveis na produção. A “objetivação” do objeto, além de corresponder à dimensão mais genérica do pôr teleológico, revela a transferência da individualidade do sujeito ponente aos objetos.

Em consonância com as ideias e apontamentos de Silva, as quais o autor explana que a “objetivação” corresponde às “capacidades ideais e práticas médias requeridas pelos processos de produção e reprodução social, em circunstâncias determinadas”. Obviamente, as circunstâncias produtivas estabelecidas na formação social burguesa, são extremamente lesivas

ao desenvolvimento pleno do ser social, conforme expusemos no início do presente estudo, na passagem que Marx afirma: a transferência de forças vitais dos trabalhadores na produção e reprodução, no *locus* do capitalismo, em prol da exteriorização e objetivação de objetos mundanos, gera ineliminavelmente a valorização do mundo material em detrimento da vida dos homens.

Silva, ainda em seu estudo, no tocante a “exteriorização” e a “objetivação” sob égide da propriedade privada, discorre:

Assim, em termos ainda muito gerais, pode-se considerar que nas circunstâncias que percorrem a chamada “pré-história da humanidade”, nas relações da propriedade privada, as exteriorizações e as objetivações humanamente postas, socialmente produzidas, se apartam e constituem como forças que se voltam, em grande medida, contra os próprios produtores. As mesmas objetivações que desencadeiam, em termos amplos, as grandes tendências de recuo das barreiras naturais na constituição de um mundo propriamente humano, de avanço da socialização do ser, de interligação crescente das formações sociais singulares, de adensamento dos processos de individuação, dos processos formativos das individualidades humanas, essas mesmas objetivações que vão constituindo a generidade humana em si materializam uma vasta gama de contradições objetivas e subjetivas, de conexões e legalidades *estranhas*, com as quais os homens precisam lidar, nos seus processos de autoconstrução, na história (SILVA, 2018, p. 140).

Como é possível perceber, as determinações imperativas que percorrem todo processo da produção e reprodução do novo na realidade prático-sensível, naquela sociedade caracterizada pelo antagonismo e lutas entre as classes sociais. A passagem anterior discorre sobre as circunstâncias materiais da reprodução social nos moldes das sociedades contraditórias, classistas, como é o caso da sociedade burguesa, tornando evidente que as “objetivações que vão constituindo a generidade humana em si materializam uma vasta gama de contradições objetivas e subjetivas, de conexões e legalidades *estranhas*”. Essas condições materiais intrínsecas ao modelo da atividade humana na ordem do capital, aprisionam os trabalhadores nos processos essenciais referentes à reprodução social, e segundo às ideias de Silva (2018), na medida que a “exteriorização” e a “objetivação” tornam-se mais complexas dentro da sociedade classista, elas são geridas contra a emancipação dos indivíduos produtores.

Em síntese, a “exteriorização” e a “objetivação” enquanto forças inerentes à atividade humana prático-sensível, no modelo capitalista de produção e reprodução desenvolvido a partir da propriedade privada, expressam relações hostis à generidade humana, sendo as contradições emergentes deste sistema, determinações que impedem a emancipação do sujeito ponente. No próximo capítulo aprofundaremos nos processos ontogenéticos que perpassam a reprodução social – *reprodução ampliada* –, decisivos para compreendermos às origens e disputas que se

seguem em torno da produção e expropriação do excedente econômico, acirrando deste modo o antagonismo e as lutas de classes na disputa pelo excedente produzido.

## 2.2. APROXIMAÇÃO À PECULIARIDADE DOS PÔRES TELEOLÓGICOS SECUNDÁRIOS

Nas elaborações anteriores, em nível analítico mais abstrato, tivemos o cuidado em expor os aspectos centrais e ontológicos do complexo do trabalho, enquanto categoria específica e fundante do ser social, cujo ponto de partida promove o desenvolvimento de processos presentes e futuros nas formações sociais. O ser social, com o intuito em obter o resultado real e esperado para produção de objetos úteis, engendrará a realização de pores teleológicos na execução das atividades pretendidas, desencadeando impreterivelmente, “problemas que em estágios superiores do desenvolvimento humano se apresentam de forma mais generalizada, desmaterializada, sutil e abstrata e que por isso aparecem depois como temas centrais da filosofia” (LUKÁCS, 2013, p. 82-83), contribuindo decisivamente na ampliação da subjetividade do ser social.

Conforme é possível perceber, na obra de Lukács (2013), o trabalho é entendido como modelo originário de todas as práxis sociais, originando dele novas formas de interações sempre mais sociais, construídas a partir da inter-relação entre homem e natureza enquanto seu modelo precedente. Seguindo essa análise, o autor húngaro acrescenta da seguinte maneira a respeito das transformações objetivas oriundas da atividade humana.

Mais importante, porém, é deixar claro o que distingue o trabalho nesse sentido das formas mais desenvolvidas da práxis social. Nesse sentido originário e mais restrito, o trabalho é um processo entre atividade humana e natureza: seus atos estão orientados para a transformação de objetos naturais em valores de uso<sup>10</sup>. Nas formas ulteriores e mais desenvolvidas da práxis social, destaca-se em primeiro plano a ação sobre outros homens, cujo objetivo é, em última instância – mas somente em última instância –, uma mediação para a produção de valores de uso. Também nesse caso o fundamento ontológico-estrutural é constituído pelos pores teleológicos e pelas cadeias causais que eles põem em movimento (LUKÁCS, 2013, p. 83).

Ao interagir com a natureza, a fim de satisfazer necessidades materiais imediatas na produção de novos valores de uso, o ser social tem uma mediação ininterrupta com as forças que regem as leis da causalidade, já apresentada anteriormente. O trabalho e a dinâmica da

---

<sup>10</sup> Acerca de uma melhor compreensão que compõe o complexo do “valor”, conferir: O duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias. in: MARX, Karl; O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital.

reprodução ampliada estabelecem o desenvolvimento de práxis superiores e inteiramente novas, nas quais “destaca-se a ação sobre outros homens”, cujas ações visam desencadear pores teleológicos concretos na realidade objetiva.

Lukács (2013), chama atenção para as determinações que implicam na realização dos pores teleológicos secundários, as quais consistem em firmar-se nos atos estabelecidos entre os homens, ligados diretamente devido à inesgotável ampliação da práxis e seu caráter cada vez mais social, cujos fundamentos estão voltados na mediação para produzir novas relações, categorias, leis e valores sociais, incidindo na subjetividade dos indivíduos na “tentativa de induzir outra pessoa a realizar novos pores teleológicos concretos”. Evidentemente, essa é uma característica existente já nos processos de trabalhos mais remotos, expressa no “sentido de que depende da cooperação de mais pessoas (ou grupo de pessoas) a realizar, por sua parte, pores teleológicos concretos” (LUKÁCS, 2013, p. 83).

Na “Ontologia”, o autor antes de discorrer a respeito da essência ontogenética dos pores teleológicos secundários, deixa claro que estes já aconteciam mesmo naquelas formas de trabalho mais primitivas, como por exemplo na caça, no período paleolítico. Onde os caçadores antes de inter-relacionar de um modo ativo com as forças naturais, visando adquirir o animal à ser abatido, deveriam estabelecer cooperação mútua com seus respectivos grupos humanos, distribuindo os caçadores nas funções necessárias para a realização daquele pôr do fim, batedores e caçadores etc. Essa forma de cooperação entre os trabalhadores, voltados na atividade da caça e do abate do animal, é entendida como a primeira forma de divisão social do trabalho.

Na passagem a seguir, ficam expressas as determinações constitutivas dos pores secundários segundo Lukács,

Os pores teleológicos que aqui se verificam realmente têm um caráter secundário do ponto de vista do trabalho imediato; devem ter sido precedidos por um pôr teleológico que determinou o caráter, o papel, a função etc. dos pores singulares, agora concretos e reais, orientados para um objeto natural. Desse modo, o objeto desse pôr secundário do fim já não é mais algo puramente natural, mas a consciência de um grupo humano; o pôr do fim já não visa a transformar diretamente um objeto natural, mas, em vez disso, a fazer surgir um pôr teleológico que já está, porém, orientado a objetos naturais; da mesma maneira, os meios já não são intervenções imediatas sobre objetos naturais, mas pretendem provocar essas intervenções por parte de outros homens (LUKÁCS, 2013, p. 83-84).

Já o pôr teleológico mais simples, cujo princípio de transformação visa “algo puramente natural”, necessita irrevogavelmente ter o reconhecimento ideal das categorias da realidade material e objetiva às quais pretende transformar. A efetivação de uma transformação objetiva consiste em uma característica central, existente em todos os níveis dos pores teleológicos,

sejam nas relações objetivas mais simples ou aquelas mais complexas. Um fato marcante em todos os tipos e graus de pores, é que eles sempre vão desencadear novos nexos e pores ulteriores. Segundo as ideias de Lukács (2013), os pores teleológicos secundários evidenciam que o objeto a sofrer a transformação desejada pelo pôr do fim, é o próprio homem – a subjetividade humana – o pôr do fim, neste contexto, tem o intuito de “fazer surgir novos pores”.

Somente com um olhar mais minucioso nas circunstâncias que engendram ontologicamente o trabalho, é possível compreender como o pôr teleológico singular se amplia e desenvolve em complexos pores secundários, agindo inteiramente na transformação da consciência humana, produzindo e reproduzindo sujeitos capazes de intervir ativamente na realidade material que perpassam suas vidas, lutando à princípio pela sobrevivência individual e da espécie; posteriormente, constituindo-se enquanto classes sociais e sujeitos revolucionários, travando lutas coletivas à favor ou contra o sistema social estabelecido, tensionando a realidade para transformá-la, “tais pores teleológicos secundários estão muito mais próximos da práxis social dos estágios mais evoluídos” (LUKÁCS, 2013, p. 84). No entanto, é correto acrescentar, ainda que “em parte porque esse primeiro olhar também nos revela que o trabalho originário deve, por si mesmo, desenvolver necessariamente tais formas mais complexas”. (*Id. Ibid.*)

Desse modo, “o desdobramento das categorias originárias próprias de um grau do ser sempre se dá através de sua crescente diferenciação e, com isso, através de sua crescente autonomização – por certo, sempre meramente relativa –, dentro dos respectivos complexos de um tipo de ser” (LUKÁCS, 2013, p. 86). O autor nos diz, que a “crescente diferenciação” reflete os novos complexos desenvolvidos a partir da “autonomização relativa” dos processos singulares de trabalho, as quais superam as formas originárias. Assim, “o trabalho pode realizar sua transformação absolutamente necessária, em relações postas não atua apenas em direção a um constante controle e aperfeiçoamento dos atos de espelhamento, mas também à sua generalização” (*Id. Ibid.*)

Lukács, ainda ressalta na passagem a seguir, acertadamente, acerca da importância relativa à autonomia dos processos de trabalho, e sua posterior fixação generalizadora no reconhecimento de eventos naturais, como também nos seus desdobramentos decisivos nas futuras ciências.

Na medida em que as experiências de um trabalho concreto são utilizadas em outro, ocorre gradativamente sua – relativa – autonomia, ou seja, a fixação generalizadora de determinadas observações que já não se referem de modo exclusivo e direto a um único procedimento, mas, ao contrário, adquirem certa generalização como observações de eventos da natureza em geral. São essas generalizações que formam

os germes das futuras ciências, cujos inícios, no caso da geometria e da aritmética, se perdem em um passado remoto. Mesmo sem que se tenha uma clara consciência disso, tais generalizações apenas iniciais já contêm princípios decisivos de futuras ciências autenticamente autônomas (LUKÁCS, 2013, p. 86).

Ao analisar o texto acima, percebe-se a função da “fixação generalizadora”, e segundo o autor, ela é advinda a partir de um maior controle e das novas mediações subjetivas que provém dos processos de trabalho, adquiridos de forma consciente pelo ser social. E diz respeito também, ao desenvolvimento explícito das práxis superiores, que reiteram seu caráter especificamente social, mesmo produzidas por pores secundários advindos da relação metabólica entre homem e natureza, conforme Lukács (2013) infere: eles vão recuando suas determinações e conexões naturais.

Este domínio inesgotável da consciência humana estabelecido a certas tarefas e sua ulterior autonomia, está ligado ao processo subjetivo e sua interminável capacidade em adquirir novos métodos e experiências na concretização das práxis, promovendo generalizações das quais se têm “o princípio da desantropomorfização, a observação abstrata de determinações que são indissociáveis do modo humano de reagir face ao entorno” (*Id. Ibid*); impulsionando através da “fixação generalizadora” às formas embrionárias e mais rústicas da ciência, como por exemplo: a aritmética e geométrica, segundo o próprio Lukács.

A desantropomorfização da realidade, representa ganhos técnicos e científicos para a produção do novo, onde foram alcançados através do maior domínio e controle dos instrumentos e métodos singulares de trabalho, desconhecidos nas formações sociais mais antigas. Em instância comparativa, mesmo nas sociedades mais longínquas e primitivas, os avanços técnicos e científicos, mesmo que de forma mínima, produziram um crescimento produtivo expressivo para cada época. Com o princípio da “fixação generalizadora” e sua posterior elevação às práxis superiores, o ser social alcançou condições circunstanciais, para aumentar a capacidade de produção e produzir as primeiras formas de um excedente econômico.

### 2.3. PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL

No tópico antecedente, foi apresentado o complexo do trabalho e vimos como ele constitui uma atividade especificamente humana, destituída de analogias com as formas existentes na natureza. Sendo, o trabalho uma forma consciente de produção e reprodução material, o qual consiste em uma luta ininterrupta pela sobrevivência genérica, articulando conscientemente a teleologia e a causalidade para alcançar um determinado fim.

O desenvolvimento imperativo sempre crescente e dinâmico que se origina dos atos de trabalho e emana dele enquanto condição básica de futuras transformações, ampliam as forças produtivas e reprodutivas usadas para satisfazer as necessidades humanas, “já que o trabalho é de importância fundamental para a peculiaridade do ser social e fundante de todas as suas determinações” (LUKÁCS, 2013, p. 159).

É importante destacar a passagem em que Lukács, na “Ontologia”, atribui característica fundamental e irrevogável ao trabalho na instauração de uma dinâmica de produção e reprodução em escala ampliada, neste caso, “a divisão gerada pelo trabalho na sociedade humana cria, como veremos, suas próprias condições de reprodução, no interior da qual a simples reprodução de cada existente é só um caso-limite diante da reprodução ampliada que, ao contrário, é típica” (LUKÁCS, 2013, p. 46). E completa da seguinte forma;

Um dos resultados mais importantes de nossas exposições foi que os atos do trabalho apontam necessária e ininterruptamente para além de si mesmos. Enquanto as tendências reprodutivas da vida orgânica, visando à preservação de si e da espécie, constituem reproduções no sentido estrito, específico, isto é, reproduções do processo vital que perfaz o ser biológico de um ser vivo, enquanto, nesse tocante, via de regra, apenas mudanças radicais do meio ambiente produzem alguma transformação radical desses processos, a reprodução no âmbito do ser social está, por princípio, regulada pela mudança interna e externa. (LUKÁCS, 2013, p. 159-160).

Vimos acima que “os atos do trabalho apontam necessária e ininterruptamente para além de si mesmos”; nesse sentido, vale acrescentar que o modo da atividade humana remete para além da mera produção e reprodução das necessidades biológicas da espécie, o que implica “o trabalho posto de modo teleologicamente consciente” (LUKÁCS, 2013, p. 160) efetivando a realização de valores de uso e, em certas circunstâncias sociais, de um excedente econômico. Para fins de esclarecimento, as transformações que se seguem não estão restritas apenas na esfera dos objetos valorativos voltados a satisfação das necessidades humanas, pois, o homem ao interagir “ininterruptamente” com a matéria também é transformado por ela, adquirindo novas formas de subjetividade que apontam para relações cada vez mais sociais, que ultrapassam as relações elementares no âmbito estritamente biológico.

Lukács (2013) chama atenção sobre as especificidades e tendências reprodutivas da vida orgânica, as quais têm em vista à preservação do mero “ser-em-si” da espécie. Deste modo, a reprodução orgânica apresenta-se restrita e limitada às necessidades físicas mais imediatas. Lukács, com tais colocações, afirma que a reprodução no sentido ampliado é uma característica humana, desdobrada daquelas relações mais fundamentais pertinentes ao trabalho. Segundo o autor da “Ontologia”, conforme apresentamos anteriormente, a reprodução da natureza orgânica é condicionada “no sentido estrito, específico, isto é, reprodução do processo vital que

perfaz o ser biológico de um ser vivo”, onde tem suas mudanças pré-estabelecidas e condicionadas por forças que partem das transformações no meio ambiente, as mudanças do “ser biológico” em nenhum momento serão condicionadas pela consciência do “ser-em-si” do animal.

Retomamos mais uma vez os estudos de Silva, nos quais ele atribui a característica reprodutiva do ser social constituída por um “ser aberto”, vejamos:

Em decorrência, produção e reprodução, no ser social, constituem a processualidade autoconstitutiva de um ser aberto, que reproduz circunstâncias autopostas, portanto, de um ser que traz consigo a possibilidade de evoluir por forças próprias seus processos constitutivos objetivos e subjetivos, de *pôr* e de *repor o novo*. (SILVA, 2018, p. 91).

Ao analisar a passagem anterior, na qual Silva expõe as determinações mais elementares e fundamentais que equivalem à produção do ser social, e destaca como uma reprodução de “um ser aberto”, onde “a processualidade autoconstitutiva” do ser social consiste na “possibilidade de evoluir” e transformar conscientemente as “circunstâncias autopostas”, ampliando a generidade humana e produzindo novas objetividades. Mais acima mencionamos, em conformidade com as ideias de Lukács, que a produção e reprodução no âmbito do ser social é controlada por transformações internas e externas, portanto, o homem corresponde a um sujeito ativo e reativo, isso significa que ele interage teleologicamente com as mudanças em seu meio, segundo situações concretas em práticas objetivas.

Na medida em que se desenvolvem as determinações do trabalho, tornando-se amplamente sociais, novas situações fácticas se originam dos processos “de *pôr* e de *repor o novo*”, o trabalho estabelece um constante aperfeiçoamento das formas e métodos de objetivação da objetividade; e como já dissemos, se produz conscientemente na forma da atividade humana não apenas valores de uso, mas também, em determinadas circunstâncias, um excedente econômico. Para o objetivo do nosso estudo este fato é bastante revelador, pois a reprodução ampliada traz consigo o fundamento ontogenético da escravidão. De acordo com essa questão, Lukács complementa da seguinte forma:

O fundamento ontológico objetivo dessas mudanças, com a sua tendência muitas vezes desigual, mas, no todo, progressiva, consiste em que o trabalho posto de modo teleologicamente consciente desde o princípio comporta em si a possibilidade (*dýnamis*) de produzir mais que o necessário para a simples reprodução da vida daquele que efetua o processo do trabalho. O fato de que do trabalho necessariamente decorrem a fabricação de ferramentas e a utilização de forças da natureza (fazer fogo, domesticar animais etc.) faz aparecer, em certos estágios evolutivos, aqueles pontos nodais, que provocam uma mudança qualitativa na estrutura e na dinâmica de sociedades singulares. Essa capacidade do trabalho de trazer resultados que vão além da reprodução própria daquele que o executa cria o fundamento objetivo da escravidão, diante da qual as únicas alternativas eram matar ou adotar o inimigo

capturado. Partindo dali e passando por diversas etapas, o caminho percorrido levou ao capitalismo, no qual esse valor de uso da força de trabalho se converte no fundamento de todo o sistema (LUKÁCS, 2013, p. 160).

Acima contemplamos o momento em que, para o autor húngaro, acontecem em determinados períodos transformações qualitativas nas forças produtivas, as quais podem ser percebidas a partir do princípio da *dynamis*, que traduz “a possibilidade” do trabalho “de produzir mais que o necessário para a simples reprodução da vida daquele que efetua o processo do trabalho”; o que pode ser percebido em dois pontos, em primeiro lugar, pelo caráter insurgente da fabricação de ferramentas; e em segundo lugar, na utilização de forças da natureza em sua estrutura mais simples. Explica-se assim os “pontos nodais” que “provocam uma mudança qualitativa na estrutura e na dinâmica de sociedades singulares”, produzindo uma transformação real na base material. O que fica evidente na análise do texto acima, onde a capacidade de “de produzir mais que o necessário” sustenta o fundamento da escravidão. Nessa trilha, e “passando por diversas etapas”, pode ser indicado “o caminho percorrido levou ao capitalismo”. Neste ponto da nossa argumentação, deve ser frisado que o excedente econômico sob controle da sociedade burguesa, aumentou e estabeleceu novas lutas, disputas e antagonismos pela riqueza socialmente produzida.

Apresentamos algumas das principais determinações essenciais que emergem da reprodução humana, as quais estabelecem na produção social o fundamento necessário e ininterrupto que aponta para além de si. O elemento insuprível da reprodução sociomaterial, “que destaca e eleva da natureza” (SILVA, 2018, p. 2016) os produtores, trazem em si o complexo como fonte inesgotável de transformações naturais e sociais; as quais “passado por diversas etapas” e evoluções, insurgem “a possibilidade de cultivar um ócio sensato, acaba baseando-se nessa peculiaridade fundamental do trabalho de produzir mais que o necessário à própria reprodução de quem trabalha” (LUKÁCS, 2013, p.160). Entretanto, veremos mais à frente como a reprodução social, que aponta sempre para a produção de um excedente econômico, se engendrará dando origem a estruturas muito complexas, conduzindo a um sistema completamente novo: as sociedades classistas, e suas lutas antagônicas na disputa pela riqueza social.

Por fim, ficamos com uma importante passagem da “Ontologia” que reflete de forma precisa o significado da reprodução do ser social.

Portanto, se quisermos aprender a reprodução do ser social de modo ontologicamente correto, devemos, por um lado, ter em conta que o fundamento irrevogável é o homem em sua constituição biológica, em sua reprodução biológica; por outro lado, devemos ter sempre em mente que a reprodução se dá num entorno, cuja base é a natureza, a qual, contudo, é modificada de modo crescente pelo trabalho, pela atividade humana;

desse modo, também a sociedade, na qual o processo de reprodução do homem transcorre realmente, cada vez mais deixa de encontrar as condições de sua reprodução “prontas” na natureza, criando-as ela própria através da práxis social humana. Evidencia-se aí o processo do afastamento da barreira natural, já reiteradamente tratado por nós a partir de diversos aspectos (LUKÁCS, 2018, p. 171).

### 3. GÊNESE ONTOLÓGICA DAS CLASSES SOCIAIS

#### 3.1. REPRODUÇÃO AMPLIADA E A PROPRIEDADE PRIVADA

Seguindo o caminho proposto na parte inicial deste estudo, o qual consiste em decifrar a ontogênese das classes sociais a partir de uma perspectiva lukacsiana – cujos fundamentos emergem do complexo categorial do trabalho, desdobram e adquirem novas determinações históricas em cada respectivo tempo, com o progresso contínuo da reprodução social, ampliando e estabelecendo novos contornos nas contradições classistas. Como foi apresentado anteriormente, a vida reprodutiva do ser social “traz em si o complexo”, entendemos que tais dinâmicas produtivas desenvolvem formas amplamente diversas nos seus atos conscientes, na medida que engendram situações e relações ininterruptas e estabelecem no conjunto da reprodução humana o sentido sempre ampliado, cristalizando assim no final do processo de produção a riqueza social, visível no excedente econômico. Neste contexto, Ronaldo Vielmi Fortes e Ester Vaisman acrescentam que a reprodução, em Lukács, antes de tudo, constitui:

[...] um tipo de análise que busca desvelar aquelas categorias que modificam a reprodução biológica da vida humana e, para além dela, a própria reprodução da sociabilidade. Ou seja, Lukács não nega a existência de processos reprodutivos no âmbito biológico, contudo, sua atenção incide fundamentalmente sobre aqueles processos de talhe eminentemente social, que têm a capacidade de modificar as bases biológicas dos processos reprodutivos e que conduzem ao “afastamento das barreiras naturais” (FORTES; VAISMAN, 2015, p. 247).

Fortes e Vaisman, mencionados na passagem acima, mostram que a reprodução no âmbito do ser social é “a própria reprodução da sociabilidade” e da generidade humana, isso significa que ela “destaca e eleva da natureza” (SILVA, 2018, p. 2016) o ser social. A reprodução humana neste conjunto de complexos, traz consigo “a capacidade de modificar as bases biológicas dos processos reprodutivos” (*Id. Ibid*) em todos os níveis e estágios existentes na natureza, tantos nos orgânicos ou inorgânicos. Além de provocar mudanças estabelecendo novos “traços principais das peculiaridades ontológicas mais importantes da reprodução do ser social, sobretudo em conexão com a – e em oposição à – esfera biológica de vida” (LUKÁCS, 2013, p. 170).

A partir das concepções ontológicas histórico-materialistas aqui abordadas, Lukács reforça mais uma vez a ideia central do complexo da reprodução da seguinte maneira.

Tomemos como ponto de partida o traço comum mais importante: Nas duas esferas do ser, a reprodução é a categoria decisiva para o ser em geral: a rigor, ser significa o mesmo que reproduzir a si mesmo. Em termos biológicos, as características fundamentais e elementares da vida se chamam nascimento, vida e morte, as quais não possuem nenhuma analogia no ser físico; elas são conseqüências diretas desse fato ontológico fundamental. Como o ser social tem como base irrevogável o homem enquanto ser vivo, está claro que essa forma da reprodução deve constituir um momento igualmente irrevogável também da reprodução social. Mas apenas um momento, pois da ação social conjunta dos homens visando à reprodução de sua vida, que permanentemente compõe o fundamento ontológico de todas as suas ações cooperativas, surgem categorias e relações categoriais totalmente novas, qualitativamente distintas, que, como já vimos e ainda veremos, têm um efeito modificador também sobre a reprodução biológica da vida humana. [...] Este se dá num complexo – composto de complexos –, só podendo ser compreendido adequadamente, portanto, em sua totalidades dinâmica (LUKÁCS, 2013, p. 170-171).

Lukács informa que uma das características mais reveladoras da reprodução em sentido ampliado consiste na composição central das forças ontológicas “de todas as suas ações cooperativas”; ou seja, se tem com a inter-relação humanamente social o desenvolvimento de novas práxis, novos complexos, proporcionando e alargando “categorias e relações categoriais totalmente novas, qualitativamente distintas”.

Devemos enfatizar, mediante à realização, criação e tendências das novas práxis, “não existe nenhum problema humano que não tenha sido, em última análise, desencadeado e que não se encontre profundamente determinado pela práxis real da vida social” (LUKÁCS, 2013, p. 119), originados naqueles atos objetivos da ação humana consciente, visando transformar objetivamente a natureza. Conforme essa dinâmica se manifesta, por exemplo, na divisão social do trabalho. Na medida em que as circunstâncias de produção material, essenciais para o incremento da reprodução ampliada, e seu posterior desdobramento na obtenção do excedente econômico, refletem também na forma de como os homens se inter-relacionam com esta estrutura produtiva, onde as relações entre os sujeitos e seus objetos desencadearam novas mediações, interações e disputas pela apropriação do excedente material. O que requer novas demandas subjetivas, por exemplo, o investimento em segurança para manter o domínio dos opositores que antagonizam pelo controle da riqueza social apropriada.

Tratando-se de um processo dialeticamente contraditório, Lukács constata a existência de um impulso imanente a esse tipo de reprodução que tende a ir além das formas históricas presentes em direção a formas mais complexas e diversificadas da vida social e individual. [...] tornando possível, assim, vislumbrar a prioridade ontológica dos vetores eminentemente sociais em todo o processo de reprodução (FORTES; VAISMAN, 2015, p.250).

De certa maneira, o debate mais uma vez aqui desenvolvido, principalmente no que diz respeito a reprodução social – *reprodução ampliada* –, já apresentado por nós com rigor, como é possível perceber, em concordância com os autores em questão, corresponde tanto ao desenvolvimento de forças produtivas sociais como a atos que partem da prévia ideação vislumbrando alcançar transformações objetivas na esfera social, do movimento real. A reprodução, em comum acordo com as ideias de Fortes e Vaisman, demonstra o sentido que eleva a capacidade dos homens de “ir além das formas históricas presentes em direção a formas mais complexas e diversificadas da vida social e individual”.

Em outras palavras, postos na direção de princípios emancipatórios, podemos compreender que as modificações sociomateriais conscientemente estabelecidas e constantemente reiteradas pelo avanço do ser social, através do caráter crescente da subjetividade dos indivíduos inseridos ativamente na totalidade concreta, traz consigo a capacidade de trilhar de modo processual na direção de “repor sobre os próprios pés” (MARX apud LUKÁCS, 1968, p. 2) as determinações essenciais para o progresso do ser social, podendo alcançar o futuro completamente diferente das relações de produção do tempo histórico da burguesia.

Porém, Lukács diz, a reprodução corresponde aos processos de intensificação das categorias propriamente sociais, isso significa que:

De modo imediato, trata-se de que o ser social, ao reproduzir a si mesmo, torna-se cada vez mais social, que ele constrói o seu próprio ser de modo cada vez mais forte e mais intenso a partir de categorias próprias, de categorias sociais. Esse aspecto do processo de reprodução, que de imediato parece ser de cunho ontológico-formal, é, contudo, ao mesmo tempo – sendo igualmente de cunho ontológico objetivo – um processo de integração das comunidades humanas singulares, o processo de realização de um gênero humano não mais mudo e, desse modo, da individualidade humana que se desdobra de modo cada vez mais multilateral (cada vez mais social) (LUKÁCS, 2013, p. 178).

As conexões e desdobramentos que surgem da reprodução ampliada, provocam, alteram e modificam a realidade material em complexas categorias inteiramente sociais, ao mesmo tempo que “o processo de afastamento da barreira natural” (LUKÁCS, 2013, p. 171) produz na base produtiva, nexos e tendências próprios da inter-relação “cada vez mais multilateral”; por exemplo, podemos citar a produção do excedente econômico e sua subsequente apropriação por uma classe específica, a dos proprietários privados dos meios de produção. Esta relação material, objetiva e humanamente construída reflete decisivamente na mediação entre os produtores e seus produtos, desencadeando novos nexos causais que independizam do sujeito ponente, onde estas situações prático-sensíveis estimulam consequências concretas na realidade concreta.

Quer isso dizer que em determinado momento processual da história, agrupamentos humanos travam gigantescas disputas para constituir o controle da base socioprodutiva, onde os vencedores desta disputa criaram uma série de mecanismos para subjugar os derrotados, escravizando-os, estabelecendo e mantendo o domínio no excedente econômico. A classe que deteve o controle da base socioeconômica dos seus rivais, produziu grandes aparatos coercitivos – *físicos e subjetivos* – no intuito de manter a proteção, legitimar e ampliar seu domínio na produção de riqueza. Como dois exemplos básicos do seu poder, temos o aparato policial (representa a segurança física) proteção através da força, que reprime violentamente reivindicações de acesso à riqueza material; e o direito (uma segurança em instância ideológica), proteção através de ideologia, o qual incide na criação de leis e normas jurídicas de proteção aos interesses de classe privatista.

Entendemos, desse modo, que a reprodução social como base do desenvolvimento econômico real, estabelecido exclusivamente no metabolismo efetivado entre os homens, que se tornaram puramente sociais “produz a estratificação de classe da sociedade, e é esta que, desde que surgiu, domina pelo menos até agora o desenvolvimento social da humanidade”. (LUKÁCS, 2013, p. 266).

Exposto tais traços específicos do desenvolvimento socioeconômico, Lukács acrescenta elementos estruturais acerca da apropriação do trabalho humano.

Retomando de imediato o problema recém-tratado: a primeira forma de apropriação do trabalho que vai além da autorreprodução compreensivelmente é a força bruta. A sua organização, que originalmente servia à defesa, à expansão etc. do espaço natural de reprodução dos homens, recebeu uma nova função: assegurar a apropriação do trabalho de outros homens que vai além da autorreprodução. Enquanto a escravidão de homens ainda poderia ser considerada como simples subproduto da guerra (mesmo que não raramente ela figurasse entre os seus objetivos mais importantes), o ato de organizar e assegurar o trabalho escravo já passa a fazer parte daquele complexo que tratamos como esfera do direito (LUKÁCS, 2013, p. 266-267).

Lukács, no trecho acima, confirma nossa observação, ou seja, a violência física representa a primeira forma de “apropriação do trabalho de outros homens”, do valor de uso próprio da autorreprodução social. Embora, com o progresso econômico e sua tendência a novos complexos estritamente sociais faz surgir, como vimos, instrumentos repressivos ideológicos que exercem violências subjetivas, “como a esfera do direito”.

Os desdobramentos e aprofundamentos da atividade econômica, de acordo com o autor da “Ontologia”, têm o papel significativo no processo descrito como o ato de “tornar-se-sempre-mais-social do ser social” (LUKÁCS, 2013, p. 166). Dialogando com tais concepções da obra de Lukács, Fortes e Vaisman (2015), nos dizem que o avanço do complexo da economia revela tendências à heterogeneidade inerentes nos processos internos da dinâmica social, essas

determinações e legalidades oriundas da reprodução social, tem validade apenas dentro de cada momento histórico as quais pertencem. Porém, “o desenvolvimento econômico provê a espinha dorsal do progresso efetivo”. (LUKÁCS, 2013, p. 125).

Essas categorias especificamente sociais, decorrentes do desenvolvimento socioeconômico existentes na “pré-história da humanidade”, remetem para tendências processuais e dinâmicas que acirram às disputas de classes pelo controle hegemônico da riqueza socialmente produzida, como também, na construção de mecanismos ideológicos que legitimam a dominação econômica sob controle de uma única classe, reduzindo o conjunto das relações humanas a esfera da lógica mercantil. Entretanto, devemos fazer algumas ressalvas acerca dessa questão, sobretudo mesmo em uma formação social hostil à plenitude do verdadeiro desenvolvimento, rumo há uma emancipação plena, “a conversão dos produtos do trabalho em mercadoria constitui, portanto, um estágio mais elevado da socialidade, da dominação da sociedade por categorias de movimento de cunho cada vez mais puramente social, e não mais de cunho apenas natural” (LUKÁCS, 2013, p. 165).

Como é possível perceber, a partir da análise da reprodução e seu posterior desdobramento nas formas das práxis superiores, e suas respectivas interações e mediações entre os homens, cujos movimentos correspondem a tendências de acordo com as quais, para o autor húngaro, o processo do desenvolvimento econômico real, tende a se socializar sempre mais. Então, pode-se concluir, que o excedente econômico se refere a riqueza socialmente produzida sob julgo dos interesses particulares de uma determinada classe social, daí posteriormente é materializada em propriedade privada<sup>11</sup>, dimensão a qual “tem seu fundamento em que, enquanto o processo econômico-social se desenrola com uma unicidade causal-legalmente determinada, as reações a ele têm de provocar uma – imediata – unicidade de valor” (LUKÁCS, 2013, p. 120).

---

<sup>11</sup> Marx (2004), nos diz sobre a relação entre propriedade privada e trabalho: “A relação (*Verhältnis*) da propriedade privada contém latente em si a relação da propriedade privada como *trabalho*, assim como a relação dela mesma como *capital* e a *conexão* (*Beziehung*) destas duas expressões uma com a outra. [Por um lado, trata-se d] a produção da atividade humana enquanto *trabalho*, ou seja, enquanto uma [atividade] totalmente estranha a si, ao homem e à natureza e, por conseguinte, a consciência e a manifestação de vida (*Lebensäußerung*) também [como] atividade estranha; a existência *abstrata* do homem como um puro *homem que trabalha* e que, por isso, pode precipitar-se diariamente de seu pleno nada no nada absoluto e, portanto, na sua efetiva (*wirkliche*) não-existência. Por outro, [trata-se d] a produção do objeto da atividade humana como *capital*, no qual toda determinidade natural e social do objeto está *extinta*, [em que] a propriedade privada perdeu sua qualidade natural e social (ou seja, perdeu todas as ilusões políticas e gregárias, sem se mesclar com relação *aparentemente* humana alguma) – no qual também o *mesmo* capital permanece o *mesmo* na mais diversificada existência natural e social, é completamente indiferente ao seu conteúdo *efetivo* (*wirklicher Inhalt*). Esta oposição (*Gegensatz*) levada ao seu extremo é necessariamente o auge, a culminância e o declínio de toda relação”.

No atual momento do nosso exame, acerca da apropriação do excedente material e conversão em propriedade privada, a questão decorrente que se segue de sua ulterior transformação em poder, domínio e controle de classe, sob égide dos interesses da classe dominante, torna-se extremamente pertinente recorrermos novamente às análises de Marx, onde o autor no “*Manuscritos econômico-filosóficos*”, expõe as determinações centrais que formam, em certa medida, o conceito categorial da propriedade privada.

*A propriedade privada é, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho exteriorizado, da relação externa (äusserlichen) do trabalhador com a natureza e consigo mesmo. A propriedade privada resulta portanto, por análise, do conceito de trabalho exteriorizado, isto é, de homem exteriorizado, de trabalho estranhado, de vida estranhada, de homem estranhado. (MARX, 2004, p. 87).*

O excedente econômico aqui em destaque, transformado em propriedade privada através dos interesses comuns da classe burguesa, consiste, em suas raízes, na luta pelo controle da essência das relações puramente sociais de um ser que se “elevou da natureza” por meio da reprodução socioeconômica. Dito de outro modo, seus resultados, portanto, estão na gênese do trabalho estranhado e revelam uma luta ininterrupta pela apropriação daquele valor de uso especificamente produzido pela classe dos proletariados.

Embora, evidentemente, como já apresentamos em outros momentos, a reprodução ampliada representa o conjunto de todas às categorias que formam o complexo do trabalho, logo, as expressões de externalização unitárias, a “exteriorização” e “objetivação” do novo, pertencentes apenas na espécie humana, transparece a capacidade criativa inseparável da forma da atividade daquele ato de “tornar-se-sempre-mais-social do ser social”.

Em síntese, devemos frisar que os novos nexos e tendências das disputas inerentes da apropriação “daquele mais-trabalho”, dispara e provoca modificações subjetivas nos trabalhadores, como também torna visível o desenvolvimento imperativo que emana da divisão social do trabalho, oriundo daqueles pores teleológicos singulares.

Por fim, a propriedade privada enquanto um dos elementos fundamentais para compreender o antagonismo que engendra as classes, põe, como contrapartida, a situação objetiva de superá-la enquanto organização social, trilhando na direção de um outro horizonte societário, para podermos alcançar coletivamente um novo nível da subjetividade humana. Pois, visto que a apropriação do excedente socioeconômico evidencia a base do complexo da produção e reprodução hostil, violento e degradante da singularidade do ser social inserido nesta socialidade.

### 3.2. DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO E LUTAS DE CLASSE

Vimos de modo muito aproximativo, que nos estágios e formas mais remotas de trabalho, se estabelece a cooperação mútua entre os trabalhadores como primeira expressão da divisão social do trabalho. Tão somente esta última, nos estágios mais elevados de trabalho, se constitui na respectiva de divisão do trabalho propriamente dita, como uma maneira de produzir mais e qualitativamente melhor, produzindo circunstancialmente para além das meras necessidades humanas básicas de subsistência.

Lukács (2013) aponta que com a cooperação entre caçadores ainda no período paleolítico faz aparecer a comunicação enquanto determinação indispensável para o desenvolvimento ulterior da produção e reprodução ampliada. Portanto, a comunicação na sua manifestação mais sensível e prática de transmissão de ideias – *a linguagem articulada* –, a “autonomização” e de comportamentos diversificados, compõe “um instrumento para a fixação daquilo que já se conhece e para expressão da essência dos objetos existentes numa multiplicidade cada vez mais evidente” (LUKÁCS, 2013, p. 161), por exemplo, no complexo da “fixação generalizadora”.

Nas análises precedentes, exibimos o caráter ontogenético da reprodução ampliada, a qual consiste na peculiaridade central e ontológica de produzir mais que o necessário para a condição vital da constituição meramente biológica da espécie humana, o que se desdobrará em formas reprodutivas reiteradamente sociais; efetivamente, nota-se esses processos remetem a organizações qualitativamente superiores e mais complexas das inter-relações entre homens-natureza. Na verdade, a divisão social do trabalho evidencia uma tendência material e objetiva de algo já bastante trabalhado em nossas análises, então, decerto, a evolução inerente aos processos de trabalho, compreende “o processo de afastamento da barreira natural” (LUKÁCS, 2013, p. 171).

Os pores teleológicos primários, categoria abordada nos tópicos iniciais do nosso estudo, no entanto, manifestam enquanto condição imperativa de conhecer e transformar a natureza na produção de novas objetividades. A natureza consiste em uma substância neutra, passiva e indiferente, isto é, ela não interage subjetivamente com as transformações humanas, conscientemente postas. Todavia, com as modificações materiais e objetivas, acontecerá o desencadeamento de novos nexos e séries causais que tornam independente do sujeito ponente, e se desenvolvendo em complexos pores teleológicos secundários. Logo, o próprio incremento das determinações orgânicas da forma da atividade, revelam essas tendências inerentes do conjunto de situações que surgem do complexo do trabalho, e “entre as mais importantes

mudanças desse tipo encontra-se o desenvolvimento da divisão do trabalho” (LUKÁCS, 2013, p. 160).

Consequentemente, o incremento da divisão social do trabalho expressa o desenvolvimento contínuo dos métodos e técnicas de trabalho. Segundo o filósofo húngaro, essa modificação da reprodução biológica para a reprodução social evidencia o ato de elevação da subjetividade do ser social, na medida que reforça o caráter determinante de se tornar “puramente social”. Então, pode-se dizer que:

A divisão do trabalho está baseada originalmente na diferenciação biológica dos membros do grupo humano. O afastamento da barreira natural, como consequência da socialização cada vez mais resoluta e pura do ser social, expressa-se sobretudo no fato de que esse princípio originalmente biológico de diferenciação acolhe cada vez mais momentos do social e estes assumem um papel predominante nela, degradando os momentos biológicos à condição de momentos secundários. Isso fica evidente, por exemplo, no papel que desempenham os sexos na divisão social do trabalho (LUKÁCS, 2013, p. 162).

Um fato marcante existente nas primeiras manifestações da divisão social do trabalho, o qual perdura e adquire novos significados ao longo do tempo, refere-se a divisão sexual do trabalho. Onde, nas formações e organizações produtivas mais antigas, as mulheres se inseriam na atividade de trabalho destinadas aos “momentos biológicos” de reprodução da espécie, e nos trabalhos referentes ao cuidado do lar. Ao passo que as tarefas demandantes de maior força física eram e ainda permanecem atribuídas ao sexo masculino, isso descreve de modo claro, “a multiplicação da riqueza empreste às funções econômicas do homem um peso maior que às da mulher” (ENGELS apud LUKÁCS, 2013, p. 162).

Todavia, na fase inicial do capitalismo como modelo produtivo dominante, as mulheres e crianças passaram a ocupar as fábricas e indústrias na condição de forças de trabalho com preço inferior aos dos homens adultos – fato este que persiste inclusive fase atual do capitalismo. Hoje nos processos de assalariamento e relações empregatícias de toda a classe trabalhadora, as mulheres encontram-se entre as grandes vítimas das muitas violências impostas pela estrutura capitalista de produção. Fato que consiste pelo critério de diferenciação e estratificação de classes da estrutura produtiva burguesa, visando dividir e diferenciar toda à classe operária.

Conforme entendemos com as análises e descrições do autor em destaque, a divisão do trabalho contém em si implicações verdadeiramente amplas, as quais produzem circunstâncias puramente sociais dando origens a ações e relações que refletem o seu respectivo momento histórico, cujo movimento expressa “se o grupo em questão já se desenvolveu a ponto de dispor

de uma espécie de disciplina, essa socialidade adquire um caráter mais ou menos institucional, ou seja, um caráter ainda mais nitidamente social” (LUKÁCS, 2013, p. 163).

Naturalmente, Lukács (2013), defende que a divisão técnica do trabalho só aparece em estágios mais desenvolvidos da forma de produção humana factual, prático-sensível, visto que sua forma originária, a divisão social do trabalho propriamente dita (cooperação entre trabalhadores), compõe em si uma vasta gama de processos e interações amplamente complexos, impossibilitando à descrição do seu caminho até os moldes atuais de produção, “o máximo que se pode alcançar é um conhecimento *post festum*” (LUKÁCS, 2013, p. 42). Acerca deste momento de preservação e ruptura da base socioproductiva, que demonstra uma evolução quantitativa e qualitativa na forma de produção material da vida, cujas técnicas refletem diretamente na geração do excedente econômico e nas disputas pelo controle desta produção, Lukács expõe:

A divisão do trabalho tem início quando as ocupações singulares se autonomizam na forma de ofícios manuais. É claro que isso representa um grande progresso em termos tanto econômicos quanto técnicos, mas jamais se deve esquecer que a diferenciação das profissões tem como pressuposto social o fato de que, em todas as áreas da geração de produtos diretamente necessários à vida, cada um possa suprir-se (reproduzir-se) sem ter fabricado pessoalmente todos esses produtos. Essa divisão do trabalho aparece relativamente cedo; pense-se nos artesãos presentes nos povoados orientais organizados segundo o comunismo primitivo. [...] É na manufatura que o processo do trabalho como tal será decomposto em termos de divisão do trabalho; contudo, também aí, isso só ocorre de maneira tal que a ocupação vitalícia com determinado momento parcial do processo laboral produz um virtuosismo anormal. É só com a máquina que terá início a autêntica divisão do trabalho, determinada pela tecnologia. (LUKÁCS, 2013, p. 164).

Diante da passagem anterior, Lukács esclarece um momento crucial para a continuidade de nossa análise ontológica em torno das classes sociais, a qual incide em apresentar um fato material decisivo para o desenvolvimento das classes sociais, o que diz respeito a ampliação da técnica na divisão do trabalho. Ao examinar as determinações práticas e objetivas que compõe o conjunto de trabalho, não resta dúvidas que ele está no centro da forma da atividade humana, desde as “ocupações singulares”; de acordo com o autor da “Ontologia”, já neste período percebe-se uma evolução significativa na produção econômica e técnica de trabalho, ou seja, a reprodução social implicada neste conjunto processual e histórico, portanto, em produzir suficientemente para além das meras necessidades humanas de subsistências da espécie, chegando ao nível que “cada um possa suprir-se (reproduzir-se) sem ter fabricado pessoalmente todos esses produtos” necessários a manutenção de suas vidas.

Entretanto, compreende no bojo de tamanhas transformações dos métodos e técnicas de trabalho apenas no período histórico e processual de desenvolvimento social da “manufatura

que o processo do trabalho como tal será decomposto em termos de divisão do trabalho” (LUKÁCS, 2013, p. 164). Deste modo, de acordo com Lukács, a composição orgânica da divisão do trabalho mais expressiva é relativamente recente, pois, segundo sua visão, os processos materiais e objetivos só alcançam sua composição autêntica exclusivamente na manufatura<sup>12</sup>, como colocamos linhas acima: “maneira tal que a ocupação vitalícia com determinado momento parcial do processo laboral produz um virtuosismo anormal” (*Id. Ibid*).

O que demonstra, em certa medida, o papel de destaque das máquinas nas fábricas e indústrias para o crescimento do excedente econômico, ocupando lugares onde outrora eram destinados aos homens, quer isso dizer, conforme Lukács aponta, a função “determinada pela tecnologia” e seu constate incremento das relações inerentes à divisão social do trabalho, no ato de “tornar-se-sempre-mais-social do ser social”. Assim, são estabelecidas dimensões e camadas diversamente complexas, abrangentes e ramificadas, desdobradas daqueles pores teleológicos singulares efetivados na inter-relação entre homem e natureza como traço originário.

Essas condições materiais, práticas e sensíveis de externalização e construção de um mundo propriamente humano, distinto de analogias com as formas da natureza, expressa uma tendência central que abrange o caráter revolucionário intrínseco na forma da atividade humana, o qual diz respeito aos “seus efeitos não ficam restrito a uma simples melhoria dos pontos de partida originais” (LUKÁCS, 2013, p. 165).

Em outras palavras, seu incremento contínuo ao longo do tempo, operam modificando “sobre o próprio processo de trabalho, sobre a divisão social do trabalho” (*Id. Ibid*), e também favorecem o desenvolvimento da subjetividade dos homens, modificando suas relações, ações e tendências, para além daquelas inter-relações “fechadas”, acabadas em si – puramente naturais. Diretamente ligado a nossas ideias, teremos uma potente passagem em que o autor húngaro, nos diz o seguinte: “o desenvolvimento da divisão do trabalho gera, a partir de sua dinâmica espontânea de desenvolvimento, categorias de cunho social cada vez mais acentuado. Referimo-nos ao intercâmbio de mercadorias e à relação econômica de valor que nele se tornou efetiva” (LUKÁCS, 2013, p. 164).

Todavia, essas circunstâncias remetem às transformações técnicas da divisão social do trabalho, conforme dito no tópico 1 do presente estudo, refere-se a mudanças e modificações tecnológicas que tem como destaque, “guerras que terminaram sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira” (MARX, ENGELS, 2005, p. 40). Isto é, não são modificações rápidas e pacíficas, elas não se restringem apenas as estruturas produtivas,

---

<sup>12</sup> Ver em: HOBBSAWM, Eric John. **A era das revoluções, 1789-1848**. São Paulo: Paz e Terra. 2011.

espalham-se por todos os níveis e camadas da totalidade social. Além de se estenderem continuamente por longo períodos, inscrevem-se e “pressionam para que a economia fundada sobre a autossustentação imediata seja inserida na troca de mercadorias e para que esta se transforme cada vez mais na forma dominante da reprodução social” (LUKÁCS, 2013, p. 165).

Vale destacar um dado positivo da constante ampliação técnica dentro da divisão social do trabalho, que com certeza alude na diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção e reprodução de objetos úteis à vida humana, aonde nasce “a possibilidade de cultivar um ócio sensato” (LUKÁCS, 2013, p. 160). Porém, este tempo poupado na produção mercantil, é usado para acirrar o antagonismo e as lutas de classes na sociedade burguesa. No tocante ao tema, são pertinentes as seguintes considerações de Lukács:

A relação mercantil pressupõe uma divisão do trabalho relativamente evoluída: o fato da troca, mesmo que inicialmente se trate, como mostra Marx, de uma troca – mais ou menos casual – que se dá entre pequenas comunidades e não entre seus membros singulares, já significa, por um lado, que são produzidos determinados valores de uso para além da necessidade imediata de seus produtores e, por outro lado, que estes têm necessidade de produtos que eles mesmos não são capazes de produzir com o próprio trabalho. Os dois fatos apontam para um determinado grau de divisão do trabalho dentro de um sistema comunitário; com efeito, eles mostram que determinados homens se especializaram em determinados trabalhos, o que necessariamente pressupõe que outros têm de realizar os trabalhos indispensáveis à manutenção e à reprodução de sua vida (LUKÁCS, 2013, p. 164-5).

As precisas colocações citadas acima, expressam que a relação mercantil implica em um dado objetivo e estritamente social, e, por sua vez, a troca de mercadorias denota à produção de “determinados valores de uso para além da necessidade imediata de seus produtores”. Pode-se entender também, que este movimento prático e objetivo se desdobra em uma elevação da socialidade, visto pelo lado que certos homens “mesmos não são capazes de produzir com o próprio trabalho” e inserem-se no intercâmbio mercantil voltados a adquirir novas mercadorias necessárias à realização de suas necessidades biológicas e sociais.

Esse intercâmbio de trocas e valores se estabelece em dois momentos, nos quais ambos estão diretamente interligados. No primeiro momento, o intercâmbio acontece dentro de um mesmo conjunto comunitário, com valores e ritos culturais semelhantes; e apenas remotamente depois, em níveis mais extenso e diversificado, acontece a passagem para o segundo estágio deste alargamento, de tal modo as trocas mercantis crescem dentro de uma dinâmica mais complexa, constituídas em sistemas abertos e diversificados, compostas entre culturas completamente distintas entre si. É de fundamental importância frisarmos, em comum acordo com os apontamentos de Lukács (2013), este momento subscreve o caminho percorrido cujo

ponto de partida estabelecido nas trocas mercantis, através de muitas etapas, fases e desdobramentos chegou ao atual estágio do capitalismo.

Constatamos essa dinâmica no fato de que do trabalho, do seu desenvolvimento imanentemente necessário, brota uma divisão do trabalho cada vez mais abrangente e ramificada e, de modo correspondente, no fato de que o desenvolvimento da divisão do trabalho impele na direção do intercâmbio de mercadorias, assim como este, por seu turno, retroage na mesma direção sobre a divisão do trabalho. Portanto, é preciso perceber, já nessas categorias mais simples e fundamentais da vida socioeconômica, a tendência que lhes é inerente, a saber, que elas não só são ininterruptamente reproduzidas, mas que essa reprodução também possui uma tendência imanente de elevação, de passagem para formas mais elevadas do socioeconômico (LUKÁCS, 2013, p. 165).

É correto afirmarmos, a partir da análise do texto precedente, que o “intercâmbio de mercadorias” traz em si a elevação do socioeconômico na vida humana. Pois, o aspecto determinante ocupado pela mercadoria nas relações de trocas “mais ou menos casual” (MARX apud LUKÁCS, 2013, p. 164), traduz, que a divisão social do trabalho se desenvolveu suficientemente em estágios superiores, nos quais proporcionou as organizações societárias a reduzirem o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção do excedente econômico (por nós já abordado de várias maneiras). E de forma processual e contínua, as “pequenas comunidades” interagem-se subjetivamente mediante a troca de suas mercadorias, movimento este que evidencia, segundo Lukács, uma tendência imanente de elevação do caráter socioeconômico na relação de produção e reprodução social.

De acordo com Marx (2013), a mercadoria é um objeto externo que satisfaz necessidades humanas gerais; e Lukács (2013), nos acrescenta a ideia que este objeto sofreu uma transformação social; assim, a forma específica da atividade humana atribui os valores de uso e valores de troca<sup>13</sup> às objetividades. Ao passo, como já frisamos, a divisão social do trabalho perpassa constantemente pela modificação reiterada de suas formas e métodos de efetivação na realidade concreta, tornando-a mais complexa, ramificada, abrangente e aperfeiçoada. O que ainda não destacamos, explícita em determinado estágio do seu desenvolvimento sociotécnico de trabalho, os homens inserem-se no sistema produtivo reduzidos subjetivamente há uma mercadoria qualquer, ou seja, como valor de uso e valor de troca à serem usados pela classe proprietária dos meios de produção a seu bel-prazer.

A necessidade com que o desdobramento da divisão do trabalho leva à troca de mercadorias e, com esta, ao valor como regulador de cada uma das atividades econômicas desempenha um papel significativo no processo aqui descrito, o tornar-se-sempre-mais-social do ser social, em que se dá sua reprodução permanente numa escala cada vez mais elevada da socialidade (LUKÁCS, 2013, p. 166).

---

<sup>13</sup> Conferir em: MARX, Karl; O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital.

Evidentemente, esta relação material e objetiva do gênero humano, contém em si, grandes graus de mediações amplamente complexos, e explana as determinações históricas do seu modelo produtivo, ou seja, da formação social burguesa, a qual surgiu, cresceu e tornou hegemônica a partir da exploração e da opressão da classe trabalhadora. Classe esta, única responsável pela riqueza socialmente produzida no capitalismo. O salário pago aos trabalhadores pela sua capacidade de produzir mais que o necessário, portanto, o valor de troca corresponde a um componente genuinamente social, corresponde “o fato de que o valor de troca pode realizar-se somente na relação de reflexão com o valor de uso, essa relação o vincula com a base natural geral da socialidade” (LUKÁCS, 2013, p 166).

Em face da vasta gama de determinações que despontam e intensificam desde o surgimento da divisão do trabalho primária, da mediação entre o metabolismo homem-natureza, onde, seu desenvolvimento orgânico alcançou interações diversamente ramificadas, estabelecendo novas mediações e necessidades indispensáveis de acordo com seu respectivo momento histórico, compondo vários caminhos para a produção de objetos úteis ao ser social, os movimentos descritos, remetem que “o trabalho impõe no plano social não só em proporção crescente sua própria disseminação, seu aperfeiçoamento, mas simultaneamente também uma divisão do trabalho não só técnica, como também social” (LUKÁCS, 2013, p. 178-9).

Lukács, na passagem a seguir, afirma que a divisão social do trabalho dá origem a uma diferenciação específica entre às forças de trabalho, além de entrecruzar com transformações ulteriores:

A divisão do trabalho aparece assim como consequência do desenvolvimento das forças produtivas, mas como uma consequência que, por sua vez, constitui o ponto de partida de um desenvolvimento ulterior, que surgiu imediatamente a partir dos pores teleológicos singulares dos homens singulares, porém que, uma vez existente, defronta-se com os homens singulares na forma de poder social, de fator importante de seu ser social, influenciando e até determinando este; tal poder assume em relação a eles um caráter autônomo de ser, embora tenha surgido dos seus próprios atos laborais. Temos em mente, quanto a isso, sobretudo dois complexos que diferenciam com nitidez a sociedade originalmente unitária: a divisão entre trabalho intelectual e trabalho braçal e a divisão entre cidade e campo, que, no entanto, ininterruptamente se entrecruzam com o surgimento de classes e antagonismos de classes. (LUKÁCS, 2013, p. 179).

Do trecho anterior, entendemos que as forças produtivas se desenvolvem de modo ininterrupto, cujo ponto de chegada deve ser compreendido como “ponto de partida de um desenvolvimento ulterior”. Nesta visão, as forças produtivas se constituem enquanto

consequência da subjetividade humana “na forma de poder social”, por conseguinte, constituem um poder objetivo autônomo em relação aos homens singulares.

No tópico de abertura desta análise, vimos Marx e Engels explicar que a burguesia cria o mercado mundial e na mesma medida “imprime um caráter cosmopolita” na socialidade. O que ainda não dissemos, essa relação social está intimamente ligada ao caráter autônomo da divisão social do trabalho e sobre domínio dos interesses privatistas da classe burguesa, os quais visam perpetuar a opressão na classe operária. Diante de tal perspectiva, o poder da autonomização do modelo burguês de produção tende a diferenciar e hierarquizar as forças de trabalho, estratificando-as. Lukács (2013) informa neste contexto que as circunstâncias vão dar origem “sobretudo a dois complexos que se diferenciam com nitidez”, assim, logo teremos o surgimento da “divisão entre trabalho intelectual e trabalho braçal e a divisão entre cidade e campo” (*Id. Ibid*).

No tocante ao conjunto de ações, tendências e desdobramentos inerentes a reprodução ampliada, e no desenvolvimento ulterior em formas mais complexas da divisão social do trabalho, manifestando nas dinâmicas internas dos seus processos, nos quais entrecruzam com “o surgimento de classe e antagonismo de classes”. Pois, em primeiro lugar, a crescente acumulação de riqueza, através da exploração do trabalho alheio e na opressão da classe trabalhadora nas grandes produções em massa, o trabalho intelectual – aqueles pores teleológicos que incidem mais diretamente na consciência do gênero humano –, de modo mais geral, se mantém localizados nas cidades. Contudo, Lukács nos chama atenção, ao fato que todas as cidades não devem, perante de sua dinâmica diversamente complexas, serem analisadas “sob um denominador comum, a partir de um ponto de vista fixo” (LUKÁCS, 2013, p. 181).

Em segundo lugar, o trabalho braçal – ligados aos pores teleológicos que visam transformar mais diretamente a estrutura da natureza, criando novas objetividades –, residem de certa forma, localizados no campo, cujas culturas são voltadas para produção destinada a subsistência mais imediata, ligada a reprodução das forças vitais. Todavia, isso não significa que a relação inversa não possa existir, ou também, ambos os casos coexistirem mutuamente; porém, o caráter cosmopolita da vida social, implica na construção de relações norteadas pelas práxis urbanas, e esta, por sua vez, precisa de um maior grau de trabalho intelectual para a sua autorreprodução.

Sobre o entrecruzamento da divisão social do trabalho e sua respectiva força autônoma com o surgimento das classes, Lukács discorre.

Quanto mais se desenvolve o trabalho, e com ele a divisão do trabalho, tanto mais autônomas são as formas dos pores teleológicos do segundo tipo, tanto mais eles

conseguem se desenvolver como complexo próprio da divisão do trabalho. Essa tendência do desenvolvimento da divisão do trabalho cruza, no plano social, necessariamente com o surgimento das classes; pores teleológicos dessa espécie podem ser colocados espontânea ou institucionalmente a serviço de uma dominação sobre aqueles que por ela são oprimidos, do que provém a tão frequente ligação entre o trabalho intelectual autonomizado e os sistemas de dominação de classe (LUKÁCS, 2013, p. 180).

A divisão social do trabalho e os aspectos de sua forma mais autônoma, estendem um maior grau de imprecisão dos atos teleológicos efetuados no decorrer dos seus processos. Então, a divisão do trabalho chega ao ponto que sua processualidade constitutiva está intimamente ligada “às formas dos pores teleológicos do segundo tipo”, quase exclusivamente no trabalho intelectual – evidentemente, reforçamos novamente, trabalho braçal e trabalho intelectual sempre vão coexistir e interagirem reciprocamente. Reafirmamos, os pores teleológicos de segundo tipo, têm como objetivo transformar a subjetividade dos homens, quer isso dizer, levar outras pessoas à fazerem determinados pores concretos.

Pores desta espécie, quando estão a serviço de uma ideologia dominante, reforçam o viés autoritário, opressivo e ultraconservador, relacionando processual e ininterruptamente com a “tendência do desenvolvimento da divisão do trabalho” que “cruza, no plano social, necessariamente com o surgimento das classes” (*Id. Ibid.*). O único sentido pautado “espontânea ou institucionalmente”, pelos detentores dos meios de produção em suas lutas, constituídos enquanto classe dominante, é a perpetuação do seu poder no plano social através da preservação da estrutura produtiva.

No entanto, é evidente que nas lutas, guerras e conflitos sociais, que opostas as situações mencionadas linhas acima, rumo ao desenvolvimento superior, para alcance de uma emancipação plena do gênero humano, segundo Marx (apud Lukács, 2013, p. 180), muitos dos trabalhadores intelectuais desertam e abandonam os privilégios de sua classe, mudando para o lado dos trabalhadores rebelados, “com certa necessidade” social de sobrevivência. Em referência às situações práticas e sociais que compõe a gênese do complexo das relações sociais, Lukács nos informa.

[...] mas essas ações a serem realizadas forçosamente se encaixam uma na outra para formar complexos de relações entre os homens, que, tendo surgido, possuem certa dinâmica própria, isto é, não só existem, se reproduzem e se tornam socialmente operativos independentemente da consciência dos homens singulares, mas também proporcionam impulsos mais ou menos, direta ou indiretamente, decisivos para as decisões alternativas. O contato entre tais complexos e a influência que exercem uns sobre os outros sempre devem ter, portanto, certa ambiguidade, mesmo que suas tendências principais dependam também das legalidades mais gerais da reprodução total da referida formação, de sua estrutura, do rumo do seu desenvolvimento, do seu nível de desenvolvimento etc (LUKÁCS, 2013, p. 180).

No plano social, em concordância com o trecho precedente, o complexo que forma a subjetividade humana e conseqüentemente sua interação social, não se apresenta de um modo acabado e isolado das inter-relações cotidianas, elas “possuem certa dinâmica própria”. Este caráter das relações entre os sujeitos individuais, “reproduzem e se tornam socialmente operativos independentemente da consciência dos homens singulares” (LUKÁCS, 2013, p. 180). Então, mesmo no campo de contradições inseparáveis da divisão social do trabalho sobre o domínio dos interesses burgueses, o caráter da dimensão do complexo das relações humanas em sentido revolucionário, proporcionam alternativas de superação desta ordem, assim, a própria classe que se insere na divisão do trabalho na condição de trabalhador explorado, tem enquanto gênero “forma e rumo às decisões alternativas” (LUKÁCS, 2013, p. 181) de superação da barbárie de toda classe produtora.

Para finalizar nossa leitura da divisão social do trabalho, a partir de uma análise estabelecida sobre fundamentos ontológicos histórico-materialistas, reiteramos mais uma vez, que da forma específica da atividade, “surgem no âmbito do gênero humano diferenciações qualitativas muito amplas e profundas” (*Id. Ibid*) que elevam a singularidade a uma luta coletiva nas trincheiras da vida social propondo uma transformação radical da ordem reprodutiva social.

### 3.3. A GÊNESE ONTOLÓGICA DAS CLASSES SOCIAIS E DAS LUTAS DE CLASSE

Anteriormente discorreremos sobre o processo inerente do constante desenvolvimento das forças produtivas, expressos a partir do caráter autoreprodutivo como condição interna do incremento da divisão social do trabalho. Movimento este que desdobra e condensa em tendências diversamente complexas na totalidade concreta, o qual atribuem ideologicamente maior destaque para o trabalho intelectual como atividade carregada de maior significado e valor social, em detrimento do trabalho braçal. Os pores teleológicos, nesta conjunção de fatores, em tais níveis de interações objetivas e subjetivas, multifacetadas, podem partir “espontânea ou institucionalmente a serviço de uma dominação sobre aqueles que por ela são oprimidos” (LUKÁCS, 2013, p. 180).

Dizendo de um outro modo, Silva aponta em uma importante passagem sobre o sentido factual das lutas de classes aparentes na realidade material, as quais referem-se em seu conjunto:

Em todo caso, as lutas de classe “giram em torno” da apropriação da riqueza material produzida pelas forças sociais do trabalho, ou seja, “giram em torno” das disputas pela apropriação do excedente econômico socialmente produzido, nas relações antagônicas objetivas e subjetivas travadas pelas classes sociais (SILVA, 2018, p. 104).

Um dos principais elementos que contribuíram decisivamente para o surgimento das classes sociais, assinalados linhas acima, está conectado ao desenvolvimento interno da produção e reprodução social, cujos resultados tornam visíveis nos encontros antagônicos pelo controle do excedente econômico. Ou seja, na capacidade de explorar os produtores direto daquele “valor de uso específico”, representados na riqueza social. Tendências estas, que nos deparam com o caráter crescente da forma da atividade humana. Pois,

Com todas essas formas do desdobramento da divisão do trabalho cruza-se sua forma histórica mais importante, a da diferenciação das classes. Já apontamos para o fato de que sua origem reside no valor de uso específico, gradativamente surgido, da força de trabalho, capaz de produzir mais do que o necessário para sua reprodução. Ora, é o desenvolvimento da produção, de suas formas e limitações específicas, que determina o tipo da diferenciação de classe, da função social e da perspectiva das classes, o que ocorre, todavia, na forma de uma interação, porque o tipo da constituição das classes, sua relação recíproca, retroage decisivamente sobre a produção (limitações da produção da economia escravista) (LUKÁCS, 2013, p. 183).

Lukács, nos traz à dialética do constante avanço das relações reprodutivas e o seu reflexo para as diferenciações e determinações ontológica nas classes, onde a divisão do trabalho se entrecruza com a organização histórico-social dos sujeitos coletivos, diferenciando-os. Logo, o incremento da produção e reprodução atribui um significado particular à cada grupo, este fato de diferenciação ou até de estratificação das classes, perpassa toda a história da humanidade, como foi visto, acontece nas interações “*sui generis*” – tanto individuais e coletivas –, “porque o tipo da constituição das classes, sua relação recíproca, retroage decisivamente sobre a produção” (*Id. Ibid*).

Devemos acrescentar, sobretudo, as classes constituem-se como complexos sociais singulares, contudo, nas condições materiais de produção a diferenciação entre a coletividade, cumprem o papel de efetuar uma separação e contraposição dos sujeitos e das suas lutas. Fato categórico este bastante decisivo para o modelo produtivo ultraconservadores e corrosivos ao conjunto da humanidade, o qual consiste em separar, fragmentar e dividir as ações coletivas, conferindo a elas um sentido distinto do movimento revolucionário em seu conjunto. Dizendo melhor, tais processos visam afastar das classes os princípios coletivos emancipatórios para todo o conjunto e formas de individualidade genérica. Assim, podem coexistir em uma mesma classe social interesses e lutas completamente opostas e antagônicas.

Lukács completa que as classes sociais só existem objetivamente enquanto remetem à relação de oposição com os grupos socialmente antagônicos, “determinados em termos economicamente objetivos, esses complexos só podem existir em referência recíproca, como

determinações de reflexão” (LUKÁCS, 2013, p. 183). Seguindo nesta linha de raciocínio, o autor conclui que as situações objetivas que constituem as classes, não se referem apenas às “relações de reflexão”, mas também, dizem respeito às “determinações em que a consciência dessas relações” (LUKÁCS, 2013, p. 184) desempenha.

De acordo com os apontamentos de Lukács o qual propõe, estabelece e a profunda um denso diálogo com as contribuições de Marx, sobre o lugar dos atos subjetivos, originados a partir da interação consciente entre homem e natureza, os quais implicam no “tornar-se consciente da condição de classe como determinação decisiva, se não chega a ser para o ser-aí, mas certamente para o ser-assim da relação de classe” (LUKÁCS, 2013, p. 184). Então, é importante dizer que a classe perpassa diretamente pela tomada de consciência do “ser-assim” da classe, neste sentido as colocações de Marx são bastante elucidativas.

Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe. Mas na medida em que existe um vínculo apenas local entre os parceiros, na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma (MARX apud. LUKÁCS, 2013, p. 184).

O texto precedente, evidencia uma importante “definição” do conceito categorial de “classe”, as quais distinguem para além das determinações sociais, econômicas, ocupacionais, locais etc., um significado complexo, que compreende também, ineliminavelmente, a dimensão subjetiva. Onde suas tendências ontogenéticas pressupõem que o conceito de classe social, perpassam por organizações coletivas em instância de lutas, movidas pelos mesmos interesses comuns.

Em outras palavras, entendemos as lutas de classes dentro de um conceito da ontologia histórico-materialista, como uma instância de luta coletiva, organizada, subjetiva e objetivamente, cujo objetivo final pode ser tanto a conservação de um “*status quo*” como a dissolução do sistema econômico estabelecido sob égide da propriedade privada. Todavia, conseqüentemente, Marx reforça a importância da construção da identidade comum, por uma ideologia revolucionária, mediante a união classista, política e ideológica.

É indispensável destacarmos, que somente “na luta [...], essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma” (MARX apud. LUKÁCS, 2013, p. 184). Em nosso entender, tomada de consciência abrange um momento decisivo de ruptura com os interesses individuais, isto é, constitui-se “como critério do ser da classe” (*Id. Ibid*). No entanto, as classes têm seus processos de engendramento a partir da infraestrutura das relações de produção e reprodução da realidade concreta, deste modo, Lukács adiciona o fato de que:

A formulação anterior do problema como para-si, que se desenvolve a partir do em-si, indica a proporção que de fato se tem em mente: o ente objetivo da classe origina-se das relações de produção concretas, da estrutura da referida formação. O fato de a conscientização ser capaz de exercer uma função objetivamente modificadora no ser social da classe só pode causar surpresa naqueles que, em correspondência a certas tradições marxistas vulgares, veem uma infraestrutura “puramente objetiva” e uma superestrutura tão “puramente subjetiva” como concepção marxista de sociedade (LUKÁCS, 2013, p. 184-185)

O ente “em-si” das classes, obviamente, como percebemos, corresponde a determinações objetivas e subjetivas que manifestam as relações materiais da “infraestrutura” e da “superestrutura”, referentes aos conjuntos processuais de cada momento histórico. Ao passo, que as determinações ontogenéticas das classes não devem ser consideradas isoladamente do conjunto da totalidade social, pois, ambas interagem objetiva e subjetivamente no “para-si” das classes, modificando-as aos mesmo tempo em que transformam os sujeitos singulares no seu núcleo.

De acordo com Lukács, às finalidades sociais dos sujeitos coletivos estabelecidos na condição de classes, serão totalmente errôneas e “mal compreendidas se, a partir desse caso limítrofe” (LUKÁCS, 2013, p. 184), houver uma desconsideração dos elementos políticos e socioeconômicos que manifestam na realidade prático-sensível, através das expressões fenomênicas imediatas. Assim, o “ser da classe” não é somente constituído pela vinculação restrita aos critérios subjetivos, os quais perpassam também pela tomada de consciência enquanto coletividade.

Do ponto de vista da ontologia do ser social isso significa, num primeiro momento: – que cada classe enquanto complexo social só pode existir em certa sociedade; – que, por essa razão, a sua existência relativamente autônoma comporta uma relacionalidade irrevogável com essa sociedade em sua totalidade e com as demais classes da mesma sociedade; – que uma classe só existe socialmente em interação prática com as demais classes da formação em que se encontra. Não pode haver mais falso, portanto, do que considerar relações de classe bem determinadas isoladas dessa posição que ocupam na respectiva totalidade (LUKÁCS, 2013, p. 185).

Contudo, assim como apresentamos antes, cada sociedade e sua respectiva formação socioprodutiva, cria suas respectivas classes sociais referentes àqueles momentos determinados, no entanto, já assinalamos também para o fato que “nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classe” (MARX, ENGELS, 2005, p. 40), dividindo à sociedade entre os produtores direto do excedente econômico e os apropriadores deste excedente. Entretanto, as classes só existem em relação de “interação prática”, se influenciando mutuamente e em constante oposição com “as demais classes da formação em que se encontra” (*Id. Ibid*).

A partir de tal linha de analítica, acrescentamos que as determinações ontogenéticas do “ser da classe”, na totalidade social, sofrem uma espécie de relação de reflexão. Movimento este que se desenvolve através das conexões estabelecidas na realidade produtiva, ligadas a partir das transformações sociais, “que as diversas classes se encontram em relações de reflexão umas com as outras” (LUKÁCS, 2013, p. 185). É de se entender que a relação de reflexão causa mudanças subjetivas nos homens inseridos nas classes, nitidamente, essas transformações não se encontram isoladas da realidade objetiva, por ora, salientamos “que a relação de reflexão é uma relação prática, a síntese, a legalidade etc. daquelas ações do tipo social, que decorrem da existência da classe para homens envolvidos” (*Id. Ibid*).

É importante frisarmos que a esfera do movimento real em toda sua complexidade e níveis de interações, tanto de representações fenomênicas ou de essência das coisas, podem ocasionar em desdobramentos, visões e leituras reacionárias, ultraconservadoras, associadas ao conjunto das classes sociais, e dos sujeitos singulares envolvidos neste sistema enquanto componente ontogenético, associando suas lutas ao conjunto de relações que buscam naturalizar a totalidade das contradições, conflitos e antagonismo.

Tais fatos são históricos e socialmente produzidos, mas diante da situação apresentada, o antagonismo, as lutas e os conflitos sociais etc., tornam-se aparentes na realidade concreta adquirindo contornos e manifestações que os determinam como condições naturais da essência humana, produtiva e reprodutiva. Isto é, negando o conjunto de relações intrínsecas que visam a superação desta ordem rumo um novo horizonte societário, onde realmente possam desenvolver novas formas de interações entre os homens.

Ao falar da aparência, tínhamos em mente o ser de classe de sociedades mais antigas, nas quais ele surgia através do ato natural do nascimento (castas, estamentos), embora também nesses casos a pertença do respectivo indivíduo a uma determinada camada social tenha ocorrido através de um acaso não social e a própria organização social, por exemplo em castas, estamentos etc., tenha sido o produto de um desenvolvimento socioeconômico. Falamos de acaso, porque a subsunção social do indivíduo sob as leis gerais do desenvolvimento social necessariamente tem, da perspectiva do indivíduo, um caráter irrevogavelmente casual. (LUKÁCS, 2013, p. 186-7).

Como percebe-se na passagem anterior, “as leis gerais do desenvolvimento socioeconômico” vão se estabelecendo em todos os níveis da esfera do movimento real e nas suas determinações mais imediatas. Logo, “o ser de classe de sociedades mais antigas, nas quais ele surgia através do ato natural do nascimento (castas, estamentos)”, (*Id. Ibid*), diz respeito ao âmbito individual gerado “através de um acaso não social”, como também advindas atravessadamente das relações estabelecidas pelo incremento “socioeconômico” que reflete as construções conscientemente objetivas.

Em referência ao desenvolvimento econômico e o significado das lutas de classe na sociedade, Lukács inclui uma determinação central ao seu significado. Vamos a ela:

Todas essas teorias ignoram que, na luta propriamente dita pela existência, o que está em jogo de modo imediato e real é vida ou morte no sentido biológico, é matar e devorar ou morrer de fome, ao passo que todas as lutas de classe na sociedade giram em torno da apropriação daquele mais-trabalho que compõe o valor específico de uso da força de trabalho humana (LUKÁCS, 2013, p. 187).

Lukács, no texto acima, expõe um conceito chave e fundante das lutas sociais, ao compará-las com as lutas biológicas, neste sentido, é relevante entendermos que a existência das outras espécies e seres orgânicos, estão simplesmente ligadas a reprodução de “vida ou morte no sentido biológico” do seu “ser-em-si”, fato já debatido por nós em outro momento. Por sua vez, as lutas de classes, evoluem um vasto campo de determinações inteiramente sociais, cuja origem, ligada aos imperativos prioritários da reprodução material, no limite, biológica, provém da base socioeconômica, manifestando através da “apropriação daquele mais-trabalho que compõe o valor específico de uso da força de trabalho humana” (*Id. Ibid*).

Em síntese, concluímos este debate com uma passagem sintética de Silva, onde o autor completa nossas análises sobre a gênese ontológica das classes:

A gênese ontológica das classes sociais remete à já referida capacidade peculiar ou “valor de uso específico, gradativamente surgido” (LUKÁCS, 2013a, p. 183), da força humana de trabalho em produzir – em determinados contextos e relações histórico-sociais – valores para além das necessidades da sua reprodução imediata, em engendrar “mais trabalho” ou “mais valor” do que o necessário para a sua reprodução, de produzir, portanto, excedente econômico (SILVA, 2018, p. 104).

#### 3.4. A SUBJETIVIDADE COMO UM ELEMENTO ONTOLÓGICO DA CATEGORIA CLASSE SOCIAL

Neste momento dos nossos estudos, já não é algo novo afirmarmos que a subjetividade alude a uma interação consciente do homem nas suas relações com o conjunto das determinações produtivas e reprodutivas existentes no mundo material. Diz respeito às relações, percepções, representações, interpretações, sentidos, compreensões etc. que vão formando a consciência dos homens, originárias a partir da forma da atividade humana e do intercâmbio material crescente, da infraestrutura e da superestrutura, onde esse conjunto dinâmico cria nos homens interações e reflexos que os ligam ao seu meio de modo consciente.

Desse modo, não devemos entender a subjetividade como um dado interno e íntimo pronto, acabado, fechado de cada sujeito singular. Pelo fato que diante do constante

desenvolvimento, incremento e alargamento do complexo do trabalho, como forma específica de produzir mais e melhor, ela retroage decisivamente na consciência dos sujeitos inseridos no conjunto da totalidade social, transformando-os ininterruptamente.

O caráter inacabado da subjetividade fica expresso, por exemplo, no complexo da educação, segundo Lukács, na educação teremos o seguinte fator de promoção subjetivo:

Porém, o essencial da educação dos homens, pelo contrário, consiste em capacitá-los a reagir adequadamente aos acontecimentos e às situações novas e imprevisíveis que vierem a ocorrer depois em sua vida. Isso significa duas coisas: em primeiro lugar, que a educação do homem – concebida no sentido mais amplo possível – nunca estará realmente concluída. Sua vida, dependendo das circunstâncias, pode terminar numa sociedade de tipo bem diferente e que lhe coloca exigências totalmente distintas daquelas, para as quais a sua educação – no sentido estrito – o preparou (LUKÁCS, 2013, p. 176).

Nas linhas acima, vemos que o sistema educativo humano em essência submete a algo completamente inacabado, ele reside em capacitar o ser social “a reagir” subjetivamente aos fatos, “acontecimentos e às situações novas e imprevisíveis” que atravessam toda sua vida. Assim, “a educação em sentido amplo” corresponde às circunstâncias subjetivas que vão sendo estabelecidas desde o conjunto educacional, chegando à totalidade do movimento real, ou seja, claramente o processo educativo “nunca estará realmente concluída”.

Evidentemente as determinações prático-sensíveis, complexas, da realidade material, podem sofrer transformações verdadeiramente radicais, levando os homens a “terminar numa sociedade de tipo bem diferente e que lhe coloca exigências totalmente distintas daquelas, para as quais a sua educação – no sentido estrito – o preparou”. (*Id. Ibid.*) O autor avança em suas análises sobre o complexo da educação, como também na sua posterior interação subjetiva na realidade das lutas de classes.

Se hoje não há mais crianças pequenas trabalhando nas fábricas, como ocorria no início do século XIX, não é por razões biológicas, mas em virtude do desenvolvimento da indústria e sobretudo da luta de classes. Se hoje a escola é obrigatória e universal nos países civilizados e as crianças não trabalham por um período relativamente longo, então também esse período de tempo liberado para a educação é um produto do desenvolvimento industrial (LUKÁCS, 2013, p. 177).

Lukács entende que a educação, e conseqüentemente seus impactos na transformação subjetiva em “sentido mais estrito”, são destinadas aos homens através das contradições e carências decorrentes das lutas, enfrentamentos e antagonismos de classes, oriundas das disputas pelo excedente econômico. Por exemplo, segundo o próprio Lukács, no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, as fábricas e indústrias não usarem mais “crianças pequenas” como força de trabalho, diz respeito sobretudo as conseqüências advindas das lutas de classes. Pelo que referi anteriormente, “toda sociedade reivindica certa quantidade de

conhecimentos, habilidades, comportamentos etc. de seus membros; o conteúdo, o método, a duração etc. da educação no sentido mais estrito são as consequências das carências sociais daí surgidas”. (*Id. Ibid*).

A educação e suas múltiplas determinações e impactos, não se reduzem na capacidade de habilitar os sujeitos a intervirem conscientemente nas alternativas existentes no mundo, mas também, dizem respeito às novas interações subjetivas de um possível desenvolvimento ulterior, futuro, “o desenvolvimento objetivo em que o ser social se eleva a um patamar superior em sua reprodução” (LUKÁCS, 2013, p. 178) atual. Embora,

Assim sendo, a problemática da educação remete ao problema sobre o qual está fundada: sua essência consiste em influenciar os homens no sentido de reagirem a novas alternativas de vida do modo socialmente intencionado. O fato de essa intenção se realizar – parcialmente – de modo ininterrupto ajuda a manter a continuidade na mudança da reprodução do ser social (LUKÁCS, 2013, p. 178).

Apesar de todas essas características específicas do complexo e tendências que constituem a educação, ela não deve ser encarada como único responsável pela construção de uma subjetividade com viés transformador da condição material de vida do ser social. Pois, diante do caráter multifacetado da produção e reprodução social, “de ela produzir constantemente momentos novos e contraditórios para os quais a educação mais consciente possível de seus fins só consegue preparar insatisfatoriamente”, (*Id. Ibid*); o movimento real igualmente dispara particularidades na consciência, isto é, constrói, educa e desenvolve a subjetividade humana.

Como percebemos, de acordo com os apontamentos acima, a realidade material e seus engendramentos factuais, práticos-sensíveis, também devem ser considerados componentes ontológicos que estabelecem, fundamentam e ampliam, na formação da subjetividade enquanto um elemento central da categoria classes sociais. Em decorrência de tais dinâmicas socialmente produzidas, tanto subjetivas e objetivas pelo ser social, as quais perpassam na realização de pores teleológicos secundários, instituídos inteiramente por uma consciência que põe fins, e que podem modificar a especificidade do ser reforçando valores pertencentes a lutas nos níveis coletivos ou individuais.

Nessa perspectiva, Lukács nos chama atenção para as circunstâncias originárias da reprodução social, as quais atravessam de forma decisiva os processos ontológicos que constituem a conscientização e reconhecimento do “ser das classes”. Assim, essas dinâmicas correspondem às seguintes questões:

Para isso, porém, é necessário que haja, no âmbito do ser social, conscientização do em-si que surge na reprodução social, mais exatamente uma consciência que dê seu

assentimento à corporificação do gênero humano que surge em cada caso concreto como pertencente ao seu próprio ser – inclusive o individual –, ou seja, que mediante o pôr do valor professe o valor assim surgido. Quanto mais tais formações sociais se desenvolvem em amplitude, altura e profundidade, quanto mais intensa for a interação social entre elas, tanto mais a consciência humana pode aproximar-se do pôr – num primeiro momento, meramente conceitual – da humanidade como unidade filogenético-social do gênero humano.[...] A contraditoriedade do desenvolvimento desigual manifesta-se nesse âmbito de forma dupla: por um lado, surge normalmente e de forma decisiva para a práxis social a valoração positiva da forma de integração realmente alcançada rumo a um em-si do gênero humano; para alguns indivíduos, porém, é possível, antecipando com o pensamento a tendência da história, expressar uma intenção voltada para o ser-para-si unitário do gênero humano, muitas vezes não sem um efeito social significativo. Por outro lado, em contraposição a isso, surge, do que igualmente já falamos, um movimento de resistência contra esse desenvolvimento para um patamar superior, um combate ao amanhã em nome do hoje (LUKÁCS, 2013, p. 200).

Como vemos nas linhas precedentes, o processo de “conscientização” do mero “em-si” individual, está nas relações materiais de produção, ou seja, na medida que a totalidade concreta é modificada pela estrutura de interação consciente, a “corporificação” do mundo propriamente humano, dispara novas tendências e dinâmicas de modo ininterrupto no “gênero humano que surge em cada caso concreto como pertencente ao seu próprio ser”.

Neste momento, é relevante destacarmos que a subjetividade desenvolveu nos indivíduos, a capacidade de se reconhecerem enquanto agentes responsáveis de produzir os valores sociais. Lukács, acrescenta que o ser social se auto reconhece em sua condição única, particular, de expressar e “professar” “o valor assim surgido”. O desenvolvimento das habilidades e incremento da divisão social do trabalho, desenvolve “em amplitude, altura e profundidade” a subjetividade, nas relações e interações com processos ontológicos de transformações ulteriores do “gênero humano”.

A ação interna da subjetividade, a qual converge para elevação da forma específica que condiciona a vida humana, “voltada para o ser-para-si unitário do gênero humano, muitas vezes não sem um efeito social significativo” (*Id. Ibid*), se expressa nas conformações, finalidades e definições, das classes sociais enquanto instância de lutas.

Na análise anterior, percebemos a interação ontológica, determinante, que compõe o desenvolvimento da subjetividade, a qual consiste em estabelecer novas relações subjetivas ou até avançar “com o pensamento a tendência da história”. Em nosso entender, efetivamente neste movimento repousa o elemento central, categórico, de transformação da subjetividade enquanto componente decisivo nos processos de lutas das classes, sobre uma perspectiva revolucionária.

Porém, apenas no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, o gênero humano se tornou capaz de produzir suficientemente para dissolver todas as contradições do seu sistema socioeconômico, onde a realidade social abre para a possibilidade de um novo salto

evolutivo, rumo ao horizonte societário, embora seja muito importante destacar aqui que “o desenvolvimento geral abrange as contradições em suas formas fenomênicas” (LUKÁCS, 2013, p. 200).

As lutas propriamente ditas das classes sociais são constituídas com as massas organizadas, objetivamente e subjetivamente, onde a subjetividade, o momento subjetivo, teleológico, como em todas as práxis sociais, ocupa um lugar de extrema relevância. Com a subjetividade as classes elevam-se do “em-si do gênero humano – isso certamente por necessidade” (LUKÁCS, 2013, p. 2001), para o “ser-para-si” das classes, em outras palavras, “cuja transformação e elevação a ser-para-si só pode efetivar-se como ato consciente do próprio homem. A realização do verdadeiro valor por meio de pores de valor corretos é um momento indispensável desse processo”. (*Id, Ibid*).

Nessas demarcações iniciais do lugar e da função da consciência da subjetividade e da consciência como elemento ontológico da categoria classe social, podemos citar:

A formulação anterior do problema como para-si, que se desenvolve a partir do em-si, indica a proporção que de fato se tem em mente: o ente objetivo da classe origina-se das relações de produção concretas, da estrutura da referida formação. O fato de a conscientização ser capaz de exercer uma função objetivamente modificadora no ser social da classe só pode causar surpresa naqueles que, em correspondência a certas tradições marxistas vulgares, veem uma infraestrutura “puramente objetiva” e uma superestrutura tão “puramente subjetiva” como concepção marxista de sociedade; como o próximo capítulo será dedicado fundamentalmente a esse complexo de questões, não podemos nem devemos entrar em detalhes sobre ele aqui (Lukács, 2013, p. 184-5).

Portanto, acentuando, “por mais que as classes formem complexos sociais singulares”, constituídos a partir de bases materiais, econômicas, determinadas, “esses complexos só podem existir em referência recíproca”, em relações nas quais “a consciência dessas relações de reflexão desempenha um papel determinado, às vezes decisivo”.

Aqui ganham importância os pôres teleológicos secundários, já tratados nas linhas acima, pelos quais os homens, nas lutas de classe, nas suas articulações e organizações, por exemplo, na esfera da política, tomam consciência e constituem os instrumentos e as armas para travar as batalhas em torno dos interesses materiais e de projetos de sociedade antagônicos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo que aqui se encerra, procurou através de uma aproximação inicial, cujo ponto de partida metodológico se concentrou nas considerações de Marx, que nos apresentou um conjunto de determinações produtivas na ordem do capital, abrindo para o entendimento de como a esfera do movimento real, das relações de produção e reprodução social, em sua totalidade, interage decisivamente com o ser social, constituindo e ampliando por caminhos contraditórios sua generidade. Em outras palavras, assim como em Marx, esta análise buscou estabelecer uma aproximação partindo do complexo, dos fenômenos e processos históricos mais contemporâneos, para o simples, cujas investigações foram desenvolvidas da análise do modelo de produção econômica capitalista, das condições de produção na sociedade burguesa. Seguindo esta perspectiva analítica, de acordo com Marx (2008), nos acrescentou que a anatomia da sociedade burguesa deve ser estudada nos traços peculiares da “Economia Política”, ou mais precisamente, na crítica da economia política.

Somente fundamentando-se nas bases teóricas acima mencionadas, esta pesquisa foi capaz de compreender como se originam, desenvolvem e se complexificam as lutas de classes na sociedade burguesa. Neste aspecto, vimos novamente, a partir da leitura do texto do “Manifesto do Partido Comunista”, de Marx e Engels, que as lutas, guerras e conflitos sociais atravessam a pré-história do desenvolvimento humano, o que significa: “a história de todas as sociedades é a história das lutas de classes” (MARX, ENGELS, 2005, p. 40). Porém, evidentemente, de tempos em tempos, as lutas e guerras podem ser fracas ou disfarçadas, mas elas sempre terminaram modificando a estrutura da sociedade ou na dissolução das classes em conflitos, na reposição de novas situações contraditórias. Assim sendo, a sociedade burguesa é caracterizada por ter simplificado o antagonismo de classes – dividindo-as, fundamentalmente, entre burguesia e proletariado. Esta simplificação não quer dizer um simplismo, mas sim que no capitalismo os homens se dividem entre a classe dos proprietários de capital e dos meios fundamentais de produção, e a classe dos destituídos em geral desses meios de produção e reprodução da riqueza e da vida. Vale destacar, como demonstramos, que a sociedade burguesa traz em si, superada, a anatomia das formações antecedentes, como também, por outro lado, a classe revolucionária capaz de elevar o conjunto do gênero humano ao desenvolvimento superior, a classe proletária.

As determinações anteriores, nos municiaram de embasamento teórico, crítico, para abstrairmos momentaneamente as formas de produção capitalista, decompondo o trabalho em

termo abstratos, enquanto categoria fundante do ser social e condição metabólica existente em quaisquer organizações sociais. Então, o trabalho é entendido como uma atividade destituída de analogias da natureza, implica sempre na realização de um pôr teleológico. O trabalho em sentido ontológico, remete a uma consciência que põe fins e à busca os meios para executá-los, esse fundamento central e categórico do trabalho é a chave de acesso para um desenvolvimento ulterior, de elevação objetiva e subjetiva da generalidade humana. Logo a forma específica da atividade humana, é compreendida nesta pesquisa como a categoria originária de toda práxis social, então, na sua relação primária, metabolismo homem-natureza, desenvolve formas superiores, desdobradas, reiteradas e de elevação da socialidade humana.

Recordamos novamente, o caráter de promoção expressos no desenvolvimento genético dos métodos e técnicas de trabalho, os quais ficam expressas na reprodução ampliada, isso é, na produção e realização daquele excedente econômico socialmente produzido. Todavia, na concretização do excedente material, vimos como esta tarefa requer uma articulação de forças humanas, individuais e coletivas, objetivas e subjetivas, segundo os autores abordados esta relação torna-se visível através da “exteriorização” (transferência de forças vitais, físicas e mentais, do sujeito para o produto da atividade), e pela a “objetivação” do novo (desenvolvimento das capacidades humanas necessárias para interação com o mundo material, que demarcam a divisão social do trabalho em cada momento histórico). O conjunto das determinações aqui descritas, vale lembrar, remetem a um maior grau de desenvolvimento das relações subjetivas de trabalho e se manifesta na efetivação dos pores teleológicos secundários.

Expusemos, segundo as concepções ontológico histórico-materialistas, que a reprodução social aponta ininterruptamente para além de si, o que significado a reprodução ampliada, opondo as tendências reprodutivas da vida orgânicas, as quais são fixadas na reprodução dos processos vitais de cada espécie, em níveis meramente biológico. Ao passo, que a reprodução ampliada, os homens “constituem a processualidade autoconstitutiva de um ser aberto, que reproduz circunstâncias autopostas, portanto, de um ser que traz consigo a possibilidade de evoluir por forças próprias seus processos constitutivos objetivos e subjetivos, de *pôr* e de *repor o novo*” (SILVA, 2018, p. 91), novamente chamamos atenção para a centralidade da teleologia na produção de valores que ficam expressos no crescimento socioeconômico.

Como observamos, a reprodução ampliada dá origem no cotidiano novas determinações, as quais perpassam pela inter-relação constituída no desenvolvimento do ser social, originando novas práxis inteiramente sociais. Além de engendrarem novos métodos de relacionar com o conjunto da estrutura produtiva e os homens produtores, as práxis criam situações e interações

novas, como por exemplo, as disputas pela apropriação do excedente socioeconômico. Lembramos outra vez, tais circunstâncias desencadeiam oposições, lutas e conflitos pelo controle da riqueza social, as quais demandam o desenvolvimento de forças repressivas para manter o domínio dos opositores. A partir dessa relação, vimos a classe que detém o controle produtivo criar uma série de aparato coercitivos, físicos e subjetivos, no intuito de perpetuar seus interesses e vontades na realidade material, para defender sua propriedade das lutas que clamam por sua derrubada.

Ao passo que, com o desenvolvimento e maior abrangência técnico-produtiva, o trabalho se torna mais complexo e carregado de determinações puramente sociais, as quais são desencadeadas pela capacidade teleológica dos homens. Assim se estabelece a divisão social de trabalho, como uma condição humana de produzir mais e qualitativamente melhor. Com o incremento dos processos e métodos de trabalho, os quais surgem na consciência dos homens e retornam a eles através da autonomização das atividades produtivas, onde se demonstra no desenvolvimento contínuo e reiterado da atividade humana. Diante disso, Lukács acrescentou que somente na manufatura os processos de trabalho foram decompostos na divisão do trabalho de forma madura, em camadas diversamente complexa, abrangentes e ramificadas, desdobradas daqueles pores teleológicos singulares, efetivados na constante relação homem-natureza como seu traço originário. É importante retomarmos mais uma vez, que a divisão social do trabalho, por exemplo, no trabalho intelectual e o trabalho braçal, entrecruza com o surgimento antagônico das classes sociais e suas interações subjetivas.

Somente a partir de tal análise das categorias ontológicas histórico-materialistas das determinações que engendram, constituem e desenvolvem a reprodução social, pode-se compreender a gênese das classes sociais e suas lutas sociais. O significado das lutas de classes, tem enquanto gênese, as disputas pelo controle hegemônico do excedente econômico, assim provamos em nossa pesquisa, o fato que sua origem convive na exploração do valor de uso oriundo da classe trabalhadora. Vimos que às classes se desenvolvem por meio de múltiplos complexos sociais, transformados através de uma luta coletiva, porém, percorremos algumas relações materiais que visam separar e fragmentar suas lutas. Destacamos também, que as classes sociais existem em relação de reflexo, com as classes opostas. Isto é, um agrupamento de pessoas sem o papel ideológico desempenhado pela consciência, não representam classe alguma. A relação de todo o processo produtivo interage decisivamente na subjetividade do ser das classes, isso significa que o poder subjetivo é um elemento ontológico da categoria das classes sociais.

Fomos claros ao dizermos que a subjetividade é a forma consciente do ser social interagir objetivamente com a sua realidade, visando transformá-lo ou não. Então, descrevemos que a consciência humana não é algo pronto, fechado em cada sujeito, na medida que ele modifica conscientemente a realidade, a realidade também o modifica, ou seja, a realidade produtiva e o conjunto das determinações que surgem da ação humana, deve ser visto como responsável por disparar novas formas de interação subjetiva, o conjunto do movimento real desenvolve, educa e transforma a subjetividade do ser social.

Em suma, podemos afirmar também que a análise de Frederico e os demais autores citados por ele, como é o caso de Mészáros e Holz, estão carregadas de impropriedade teórica quando se considera com cuidado a obra de Lukács, “Para uma ontologia do ser social”. Pois, Lukács desenvolve uma análise crítica, densa e bastante profunda sobre a ontogênese das classes sociais nesta obra, trazendo aos seus leitores informações extremamente relevantes para compreender a produção e reprodução social, expostas em todo capítulo da “A reprodução”. É importante salientarmos, diante de toda dificuldade teórica, que consiste na leitura da “Ontologia”, e para aqueles que aceitem o desafio, não percam a centralidade nas lutas de classes.

## REFERÊNCIAS

- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social: Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996**. In Caderno ABESS n°7. São Paulo. Cortez. 1997.
- FORTES, Ronaldo Vielmi. **As três determinações fundamentais da análise lukacsiana do trabalho: o modelo das formas superiores, prioridade ontológica e abstração isoladora Crítica da ideia da centralidade do trabalho em Lukács**. Belo Horizonte. Verintio. In: Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas, v. 22, p. 44-75, out. 2016.
- FORTES, Ronaldo Vielmi; VAISMAN, Ester. **Três abordagens distintas sobre a categoria da reprodução: Lukács, Althusser e Bourdieu & Passeron**. Belo Horizonte. Trabalho & Educação (UFMG). v.24 / n.1 / p. 245-255 / abr. 2015. (CONFERIR).
- FREDERICO, Celso. **Epistemologia e ontologia em Lukács**. Buenos Aires: Herramienta: Revista de debate y critica marxista. Jul. 2012. Disponível em: <<https://www.herramienta.com.ar/articulo.php?id=2224>>. Acesso em: 22. nov.19.
- HOBBSAWM, Eric John. **A era das revoluções, 1789-1848**. São Paulo: Paz e Terra. 2011.
- LUKÁCS, György. **As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 1968.
- \_\_\_\_\_. György. **Para uma otologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo. 2013.
- MARX, Karl. **Contribuições à crítica da economia política**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular. 2008.
- \_\_\_\_\_. Karl; **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo. 2013.
- \_\_\_\_\_. **Manuscrtos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo. 2004.
- \_\_\_\_\_. Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo. 2005.
- NETTO, J. P. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. **Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)**, Brasília, Grafile, n° 3, 2001. Disponível em: <[http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis\\_n\\_3\\_questao\\_social-201804131245276705850.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf)>. Acesso em: 24. nov. 2019.
- \_\_\_\_\_. J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2012.
- SILVA, Marlon Garcia da. **A filosofia como complexo ideológico na obra tardia de György Lukács**. 2018. 301 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2001.